



▶ Relatório Anual de Atividades

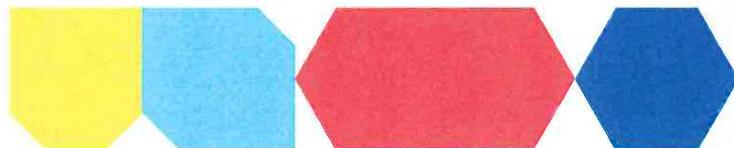
2024



Aprovado em Assembleia Geral a:

27 / 03 / 2025

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.



Índice

▶ Nota Introdutória	1
▶ Sustentabilidade	2
▶ Recursos Humanos	5
▶ Respostas Sociais/ Serviços	7
▶ Pessoas Apoiadas	12
▶ Qualidade, Inovação e Desenvolvimento	16
▶ Análise Económica e Financeira	19
▶ Proposta de Aplicação de Resultados	20
▶ Nota Conclusiva	21
▶ Anexo I – Análise do Desempenho Estratégico e Operacional	
▶ Anexo II – Análise Económica e Financeira	





▶ Nota Introdutória

O ano de 2024 marca o arranque do novo planeamento estratégico para o triénio 2024-2026, a par com o mandato da nova Direção da Associação que tomou posse em janeiro de 2023. Tendo a gestão sempre presente a preocupação em garantir a sustentabilidade da instituição, através da operacionalização dos seus objetivos estratégicos, procurámos manter o foco na promoção da qualidade de vida dos utentes, no bem-estar dos recursos humanos, na procura ativa de respostas inovadoras para garantir a qualidade dos serviços prestados.

Foi um período marcado por desafios significativos para a Associação, em virtude dos efeitos adversos decorrentes do agravamento dos custos e da persistência de elevados níveis de inflação, o que não nos impediu de manter o nosso compromisso com a inclusão e a qualidade de vida das pessoas com deficiência ou incapacidade, oferecendo cada vez mais apoios de base comunitária, prevenindo o isolamento ou a segregação.

Perante um enquadramento desafiante, a APPC Faro atribuiu prioridade à prossecução dos objetivos considerados mais relevantes, alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030, à Estratégia Nacional para as Pessoas com Deficiência 2021-2025 e ao Plano de Desenvolvimento Social do Algarve 2023-2030, que contribuíram para a definição e análise deste novo ciclo de planeamento estratégico, assente no compromisso coletivo de todos os setores na definição de uma visão comum, com efeitos estruturantes e sustentáveis.

Graças à elevada capacidade de execução da equipa da APPC Faro, aliada ao seu potencial de qualidade, verificou-se um aumento substancial do número, impacto e relevância das iniciativas desenvolvidas ao longo do ano de 2024. Apesar do imenso trabalho realizado e da introdução de parcerias estratégicas mais ajustadas, há ainda um longo caminho a percorrer. Unindo forças, associando recursos e integrando competências e, sobretudo, empreendendo esforços coletivos em torno de objetivos comuns, continuamos a acreditar que:

“
**Ultrapassar
barreiras
faz de nós
quem somos**
”



► Sustentabilidade

Com a sustentabilidade na vanguarda, as exigências atuais, no plano político, económico e social, impõem uma estratégia transversal articulada, que tenha subjacente a maximização dos recursos disponíveis, de forma a tornar as organizações mais eficazes, eficientes e preparadas para cumprir com os objetivos da transformação organizacional a que se propõem.



Neste sentido, a APPC Faro implementou um conjunto de iniciativas que, a par com o equilíbrio económico-financeiro, contribuiu para fazer face aos desafios permanentes de conciliação entre a receita e a despesa.

De realçar a campanha de consignação do IRS solidário, de amplo alcance (282 503 pessoas), tendo se refletido em

34.967,15€.



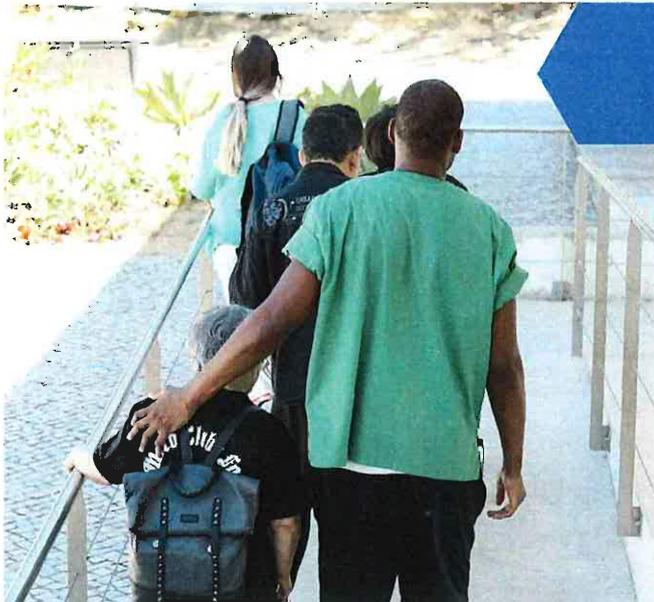
O envelhecimento da frota automóvel, tem vindo a agravar-se nos últimos anos, originando grandes constrangimentos para a organização dos serviços e para a participação dos utentes nas atividades na comunidade, tendo merecido a nossa especial atenção ao longo do último ano. A Direção decidiu mobilizar esforços para a renovação do parque automóvel da Associação, desenvolvendo algumas campanhas de angariação de fundos e apoios disponibilizados por entidades públicas e privadas, como o Apoio ao Associativismo do Município de Faro.



+ 3 viaturas

Assim, foram adquiridas três viaturas: uma carrinha de nove lugares para transporte de utentes; um automóvel ligeiro de passageiros para os apoios em contexto; e um automóvel ligeiro de mercadorias para transporte de produtos de apoio.





A capacidade de empreender e executar diz mais sobre a consistente evolução da atividade em termos operacionais

- o que confirma a robustez, mas sobretudo a resiliência da organização, e da sua equipa, em lidar com os efeitos adversos, do que sobre o atual estado de fragilidade do contexto.

Foi neste sentido que a APPC Faro decidiu criar três atividades instrumentais cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da Associação.

▶ FOCO APPC Faro | Formação e Consultadoria



▶ Objetivo

Atender às necessidades identificadas, ao longo de vários anos, por entidades e comunidade em geral, que reconhecem a Associação, com mais de quatro décadas dedicadas à deficiência, como instituição com know-how e experiência na área da reabilitação,

como parceira estratégica para capacitar os seus recursos humanos e adequar os seus recursos físicos para um ambiente inclusivo e uma sociedade para todas as pessoas.

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ESTE EDIFÍCIO FOI DOADO
Pela Excelência e Dignidade e para
a qualificação e emprego
PROF. GIOVINA MARIA JOÃO RODRIGUES
NO DIA 27 DE MARÇO DE 1987



► Recursos Humanos

Os resultados de qualquer organização assentam no seu capital humano, razão pela qual as pessoas são o seu ativo mais importante e para a qual temos de desenvolver uma cultura de talentos, quer em termos de captação, quer em termos de retenção.



Neste sentido, a APPC Faro encontra-se comprometida com a implementação de medidas de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional por forma a captar e reter recursos humanos nesta área de atuação, com uma preocupação premente com o bem-estar dos seus colaboradores.



Criação de uma sala de pessoal



Possibilidade de organização de horário de trabalho flexível, teletrabalho



Períodos de férias conciliados, número de dias de férias concedidos



Autorizações de saída, sem qualquer penalização, para todas as situações imprescindíveis de carácter familiar/pessoal, entre outras



Em 2024 a APPC Faro também apostou, no reforço da capacitação dos seus recursos humanos, indo além da formação interna disponibilizada e apostou na formação e capacitação além-fronteiras, tendo sido percorridos

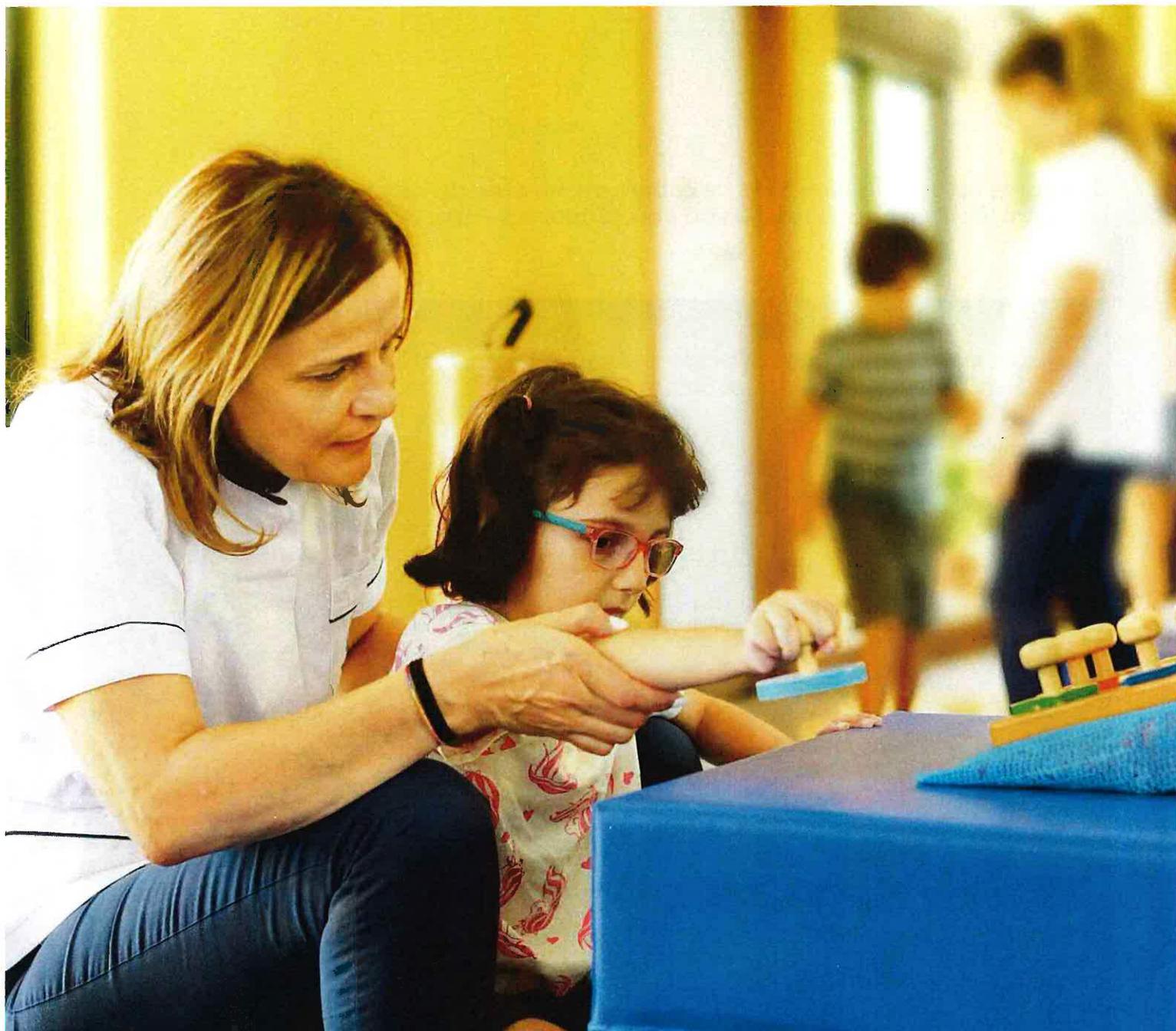
24.787km de Formação



No entanto, continuamos a deparar-nos com grandes dificuldades no recrutamento e retenção de recursos humanos, à semelhança do que acontece no terceiro setor em todo o país. O Algarve apresenta um desvio negativo de 565€ de diferença salarial entre o que recebe num ano um trabalhador na região e a média nacional (dados referentes a 2020, segundo o Plano de Desenvolvimento Social do Algarve, 2023-2030), agravado pelo elevado valor das rendas habitacionais, que se traduzem numa significativa taxa de sobrecarga das despesas em habitação (9,1% face aos 5% da média nacional).

Importa, ainda, referir que o Algarve tem uma oferta deficitária a nível académico para as especialidades ligadas à reabilitação (terapia ocupacional, terapia da fala, psicomotricidade, fisioterapia e serviço social). A APPC Faro encontra-se empenhada em desenvolver esforços, juntamente com a Academia, para reverter esta situação, como o aumento do número de estágios na área curricular de fisioterapia para os alunos recém-formados da Universidade do Algarve.

Conscientes que a APPC Faro terá de continuar a desenvolver esforços para inverter esta situação de recrutamento no terceiro sector, e que tem que ser competitiva e atrativa para os profissionais da área da reabilitação, para ultrapassar o aumento de ofertas constantes do setor público e privado com fins lucrativos nestas áreas de especialidade.



▶ Respostas Sociais/ Serviços

Segundo o Plano de Desenvolvimento Social do Algarve (2023-2030), os equipamentos sociais, serviços e atividades especializadas para pessoas com deficiência revelam uma capacidade diminuta e uma distribuição geográfica assimétrica na região.



O Algarve apresenta uma taxa de cobertura, na área da deficiência, inferior em comparação com outras regiões do país (dados da Carta Social 2023).

Atualmente a APPC Faro disponibiliza 10 respostas sociais/serviços de forma a conseguir responder aos problemas das pessoas com deficiência e incapacidade, numa perspetiva global e abrangente.

› Em 2024 a Associação, não só garantiu o cumprimento dos seus acordos de cooperação a 100%, como ainda iniciou uma nova resposta social, o Serviço de Apoio à Vida Independente, que transitou de projeto-piloto MAVI para resposta social definitiva, destacando-se por ter sido o único dos CAVI's das regiões de Portalegre, Évora, Beja e Faro, que presta apoio nas atividades de educação formal, pioneiro na implementação prática do Despacho n.º 4157/2024 que define as atividades de apoio à educação formal no âmbito da assistência pessoal.

› De ressaltar que, embora o Algarve apresente uma taxa de cobertura insuficiente, das 7 resposta sociais disponíveis para a deficiência, o Algarve dispõe de 6 (a região carece de resposta na área do apoio domiciliário) que visam atender às necessidades das pessoas com deficiência, serviços estes que têm como objetivo promover a inclusão, a autonomia e a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

De referir que, a APPC Faro continua a disponibilizar 5 das 6 respostas sociais dedicadas à deficiência:



› A Associação disponibiliza, ainda, uma resposta social de apoio em regime de ambulatório, ao nível da reabilitação, através de um acordo atípico de cooperação com a Segurança Social, que detém desde a sua fundação em 1982, para o seu Centro de Reabilitação/ Ambulatório, único no Algarve.

Para além dos serviços específicos na área da reabilitação/ inclusão, em 2024, a APPC Faro voltou a disponibilizar respostas dedicadas às áreas da educação e emprego.

É a única IPSS da região algarvia acreditada pelo Ministério da Educação como Centro de Recursos para a Inclusão, resposta que intervém em contexto escolar (nos concelhos de Faro e Olhão) e que visa apoiar e intensificar a capacidade da Escola na promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

Por outro lado, o Centro de Recursos para o Emprego, vocacionado para a orientação profissional de ações facilitadoras para a integração, manutenção e reintegração profissional de pessoas com deficiência e incapacidade, atuou nos concelhos de Faro, Olhão e São Brás.

Da sua abrangência de serviços faz parte, ainda, uma resposta social destinada à gravidez/ maternidade, o Centro de Apoio à Vida, que atua nos concelhos de Faro, Olhão e Loulé, e que se destaca por ser única no Algarve e Alentejo.

A Associação disponibilizou, ainda, respostas para o acesso a produtos de apoio – Centro Prescritor e Banco de Produtos de Apoio para empréstimo, através dos quais é possível as pessoas com deficiência e incapacidade acederem a equipamentos fundamentais para a promoção da autonomia e para o desenvolvimento de competências essenciais para a vida diária, facilitando a sua inclusão social e o aumento da participação na comunidade e, conseqüente, promoção da sua qualidade de vida.

> De realçar que, em 2024 o CPPA da APPC Faro continuou a ser um dos maiores do país em volume de verba atribuída em material prescrito.



Na reflexão relativa ao trabalho desenvolvido pelas diferentes respostas sociais durante o ano de 2024, com um destaque especial para as iniciativas que tiveram impacto externo ou foram direcionadas ao exterior, **destacamos a integração nos Concelhos Locais de Ação Social dos concelhos convergentes da APPC Faro, Loulé, São Brás de Alportel e Olhão.**

Esta integração resultou da visão estratégica definida para o triénio 2024-2026, de estabelecermos parcerias para o impacto social e favorecer a desinstitucionalização e os apoios de base comunitária, fortalecendo a colaboração e a cooperação em áreas como inclusão social, direitos, saúde, educação, acessibilidade, entre outras, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva, equitativa e acessível, garantindo que as pessoas com deficiência possam viver com dignidade, exercer os seus direitos e participar ativamente em todos os aspetos da vida social.

De referir, também, o papel importante que as integrações nos diferentes Concelhos Locais de Ação Social desempenharam ao nível da comunicação e do contributo que estas redes deram para chegarmos cada vez mais à comunidade em que nos inserimos.

A comunicação, enquanto estratégia integrada, teve um papel fundamental, a nível interno e externo, para o sucesso, estabilidade e sustentabilidade da Associação, alcançados durante o ano de 2024, e contribuiu de forma inequívoca para a consolidação da imagem da instituição no exterior e no seu relacionamento com utentes, familiares e comunidade em geral, criando uma proximidade importante com todos os envolvidos, reforçando os nossos Valores, Missão e Visão, bem como a identidade da Instituição, e fomentado a transparência e credibilidade das suas ações.

› Assim, no ano de 2024 e para fazer face ao desafio da comunicação institucional a APPC Faro definiu um plano de comunicação, com a estratégia organizacional para esta área, quer a nível interno quer a nível externo, apostando na criação de uma nova imagem institucional,



Criação de um novo website



Presença mais ativa nas redes sociais



Planeamento de uma newsletter para 2025

Total de 377 662 visitas

Ao proceder-se à avaliação do Plano de comunicação, verificou-se que 2024 foi um ano bastante intenso, de abertura da instituição ao exterior, situação transversal a todas as respostas sociais, como por exemplo a reinauguração do Banco de Produtos de Apoio a 16 de fevereiro de 2024.



Todo o trabalho desenvolvido em rede com parcerias locais, nacionais e internacionais garantiram, não só a continuidade e abrangência de serviços, como também potenciaram a melhoria e a transformação organizacional dos serviços prestados às pessoas que apoiamos.



▶ Pessoas Apoiadas

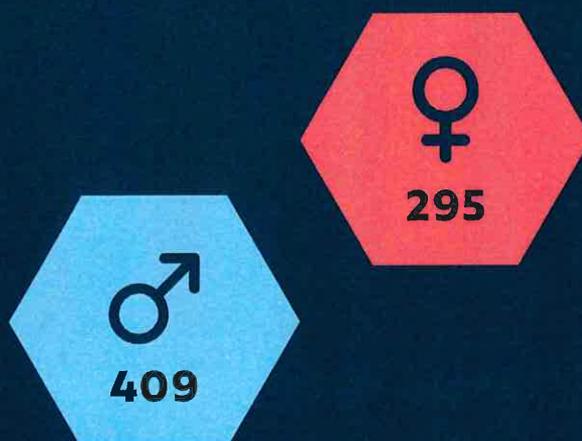
Segundo dados da carta social, existiam no distrito de Faro 34 respostas sociais para pessoas com deficiência, com capacidade para 1203 lugares, com 1098 utentes a frequentar,

o que corresponde a uma taxa de cobertura de 91% (Carta Social, 2023). Ainda neste ano de referência, Faro foi o segundo distrito com a taxa de cobertura das respostas sociais para esta população alvo, mais baixa do país.

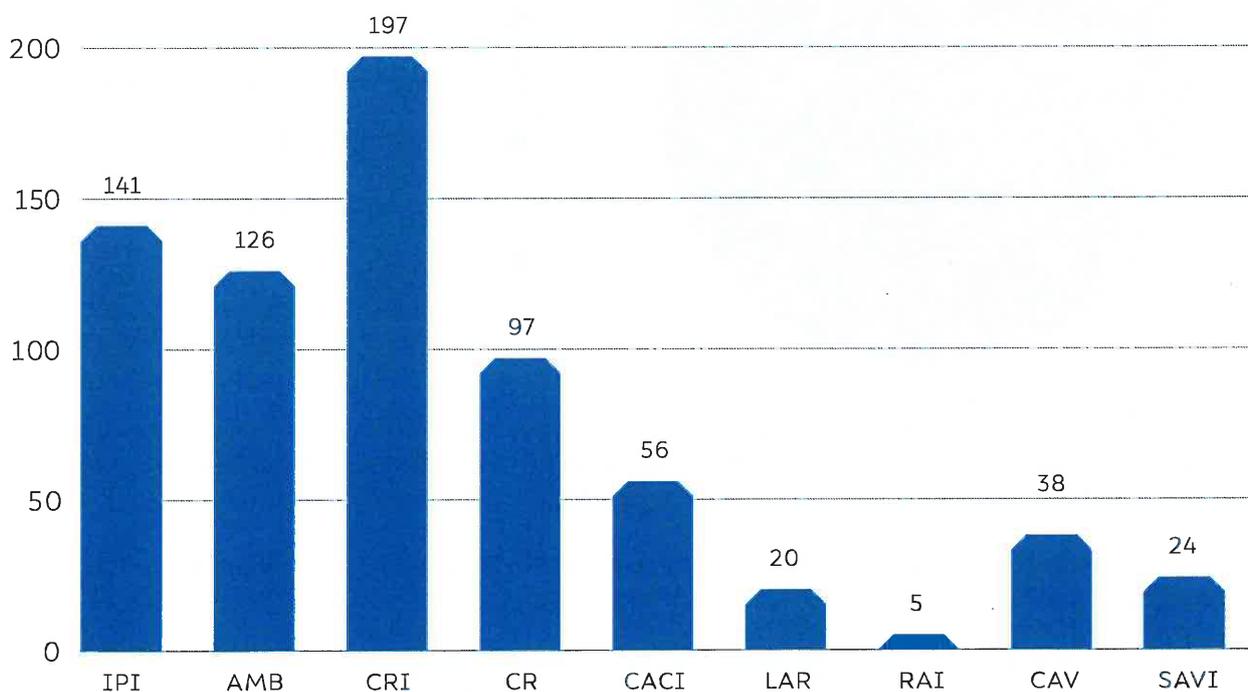


Os utentes da APPC Faro, representam um papel primordial, não apenas como beneficiários dos serviços prestados, mas também, como agentes ativos que influenciam a qualidade e eficácia dos serviços, constituindo-se como parceiros fundamentais para a melhoria, inovação e qualidade dos mesmos.

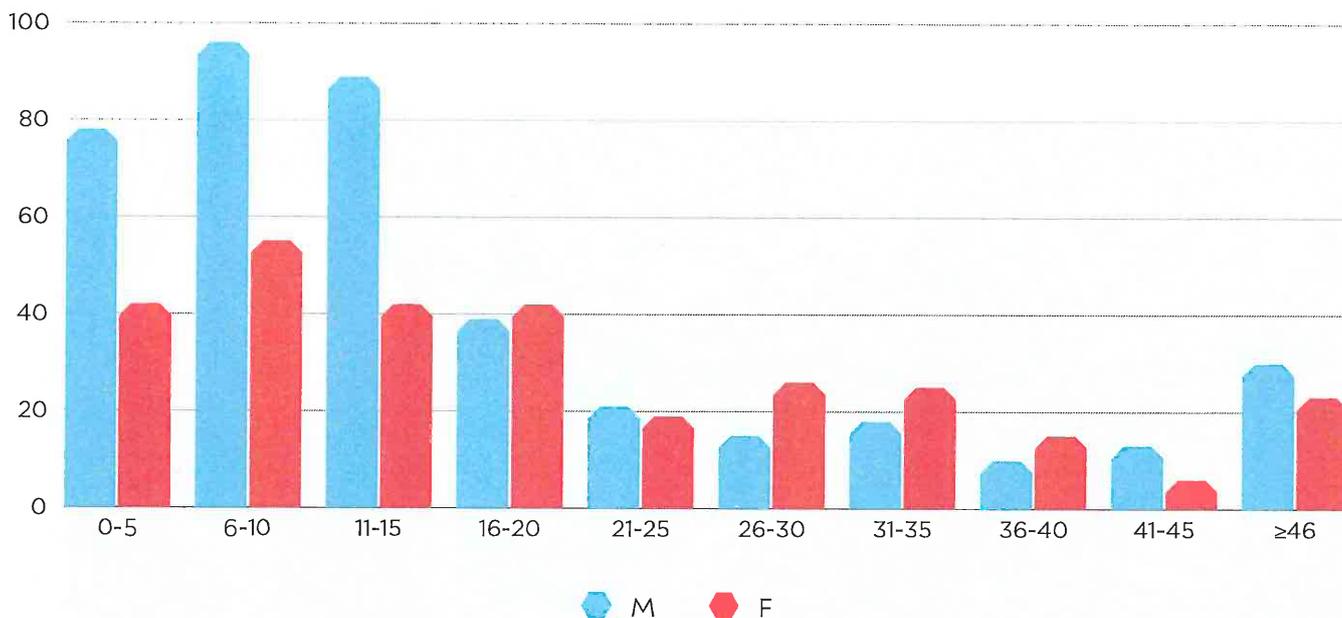
No ano de 2024, a APPC Faro acompanhou um total de 704 utentes, distribuídos pelas suas 10 respostas sociais e serviços.



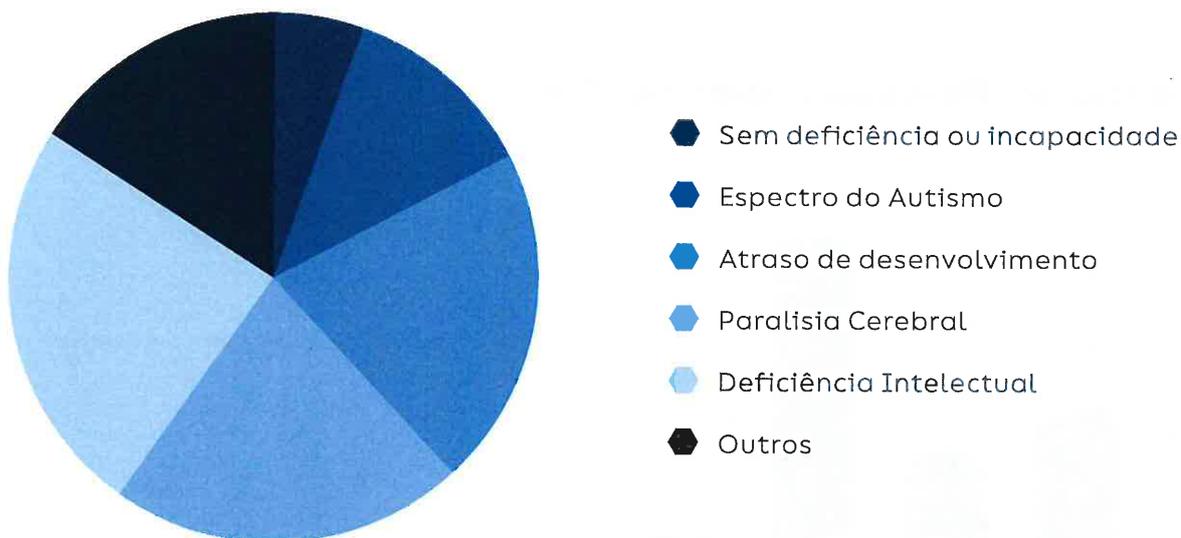
▶ Utentes por Resposta Social/Serviço



Utentes por grupo etário



Utentes por Diagnóstico

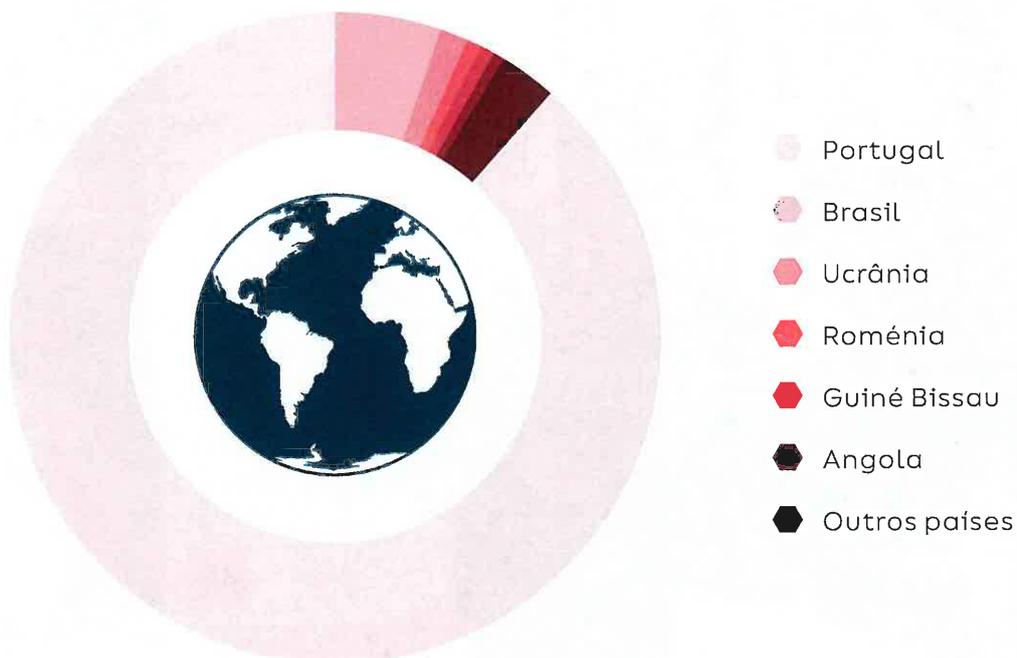


Importa referir que relativamente aos diagnósticos, a percentagem referente a outros são quadros de condições neurológicas afins que não sendo Paralisia Cerebral, os seus processos de intervenção são enquadrados na nossa população alvo.

O peso da população estrangeira no Algarve é de 22,5% comparativamente aos 6,8% de Portugal (dados referentes a 2021 segundo o Plano de Desenvolvimento Social do Algarve, 2023-2030). O ano de 2024 foi especialmente desafiante para APPC Faro, em termos da necessidade de ajustar abordagens de atendimento para pessoas originárias de diferentes países e culturas, sendo necessário a implementação de práticas que promovessem o entendimento mútuo entre pessoas com origens e experiências diversas.

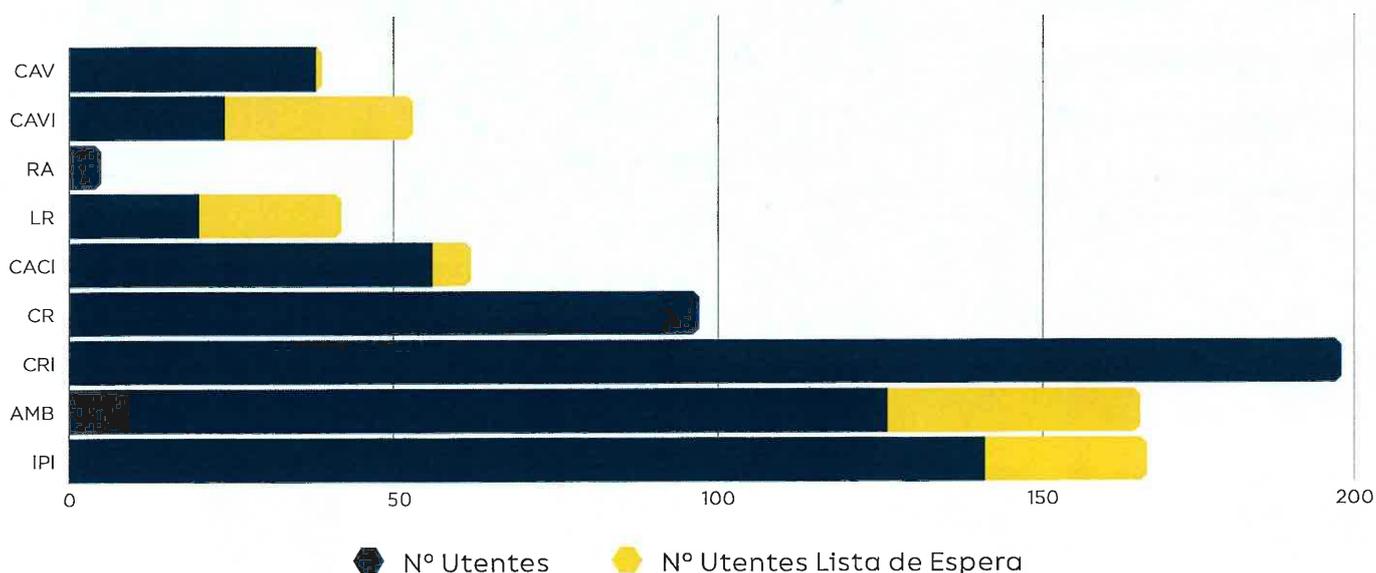


▶ Utentes por país de origem



A grande diversidade de respostas, com uma abrangência de faixas etárias, aliada à qualidade dos serviços prestados e à procura, cada vez maior, dos nossos serviços, em grande parte devido às novas realidades associadas ao fluxo migratório, resultaram numa lista de espera de 122 pessoas.

▶ Utentes em lista de espera





► Qualidade, Inovação e Desenvolvimento

A fim de canalizar a procura recebida na Associação para acompanhar os processos de implementação de ações que promovam a efetiva inclusão de todas as pessoas na sociedade, **a APCC Faro está a lançar um novo serviço de formação e consultadoria (FOCO), que permite partilhar conhecimentos e boas práticas, especialmente no âmbito das acessibilidades, para estimular a mudança e transformação das organizações na procura de uma sociedade mais justa e inclusiva.**



De realçar, que em 2024, foi desenvolvido o projeto **“Meeting Place Inclusivo”**, através de uma parceria entre a INGKA Centres, a APPC Faro e a TSimetria, mediante a criação de um novo serviço de disponibilização de uma cadeira elétrica multifunções no MAR Shopping Algarve e no MAR Shopping Matosinhos, criando uma oportunidade de visita mais confortável e mais positiva para as pessoas com mobilidade reduzida, promovendo assim a inclusão e a igualdade no acesso aos espaços comerciais.

A APPC Faro foi a entidade responsável pela literacia e informação técnica que serviu de base à construção deste Projeto, bem como da capacitação da equipa para a disponibilização responsável do equipamento. Acreditamos que é através de parcerias estratégicas que alcançamos o impacto positivo na vida das pessoas que apoiamos.

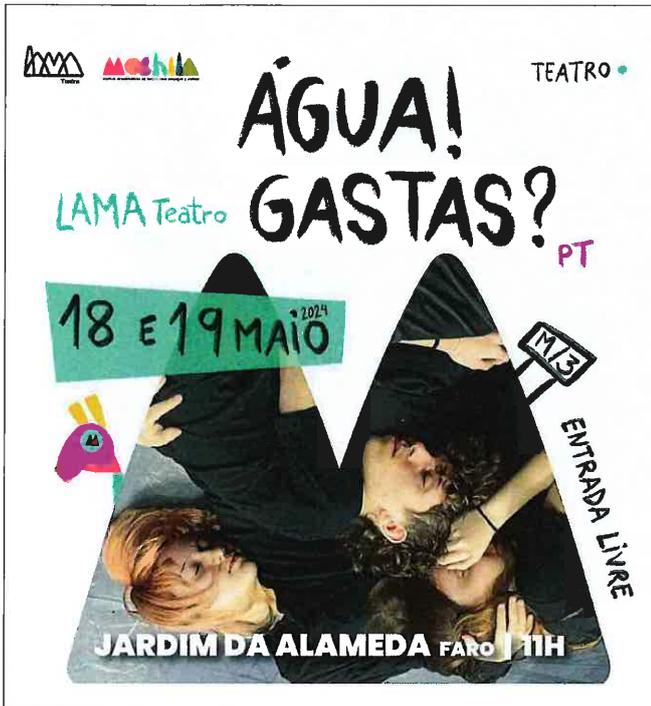


O mundo em que vivemos está em constante mudança, à qual não podemos ficar alheios. O acesso, a produção e a partilha de conhecimento são os elementos-chave, não só para nos adaptarmos a estas mudanças, mas também para sermos capazes de as antecipar. É por isso que na APPC Faro incorporamos a gestão de conhecimento como uma ferramenta-chave para a inovação, mudança e sustentabilidade na prestação de serviços de qualidade.

Ao longo de 2024 tivemos a oportunidade de aceder a conhecimentos e práticas inovadoras através de visitas a instituições de referência nacionais e internacionais, da participação em grupos de trabalho e da participação em congressos, conferências, feiras e cursos.

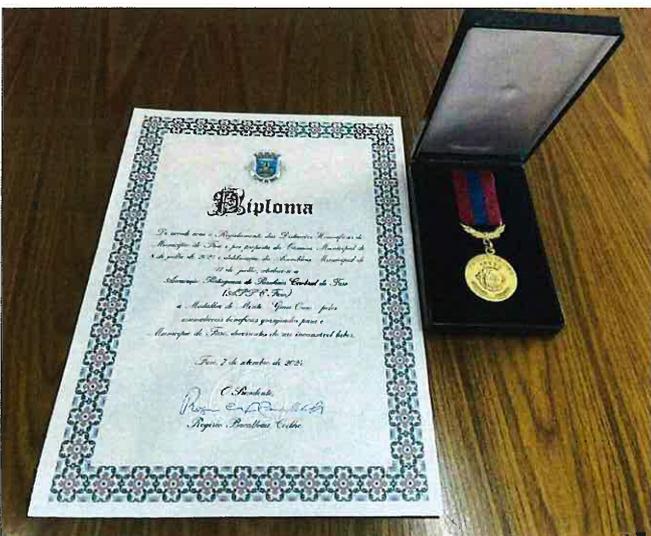
Destacamos a participação da equipa do Centro Prescritor de Produtos de Apoio da APPC Faro na “36th Annual meeting of European Academy of Childhood Disability” em Bruges (Bélgica), onde apresentou os resultados relativos à Prescrição de Produtos de Apoio para a mobilidade e bem estar versus atividade e participação, de acordo com o perfil de Classificação Internacional de Funcionalidade.

A APPC Faro encontra-se empenhada em desenvolver respostas inovadoras, em contextos diferenciados, que promovam a desinstitucionalização ou a não institucionalização das pessoas com deficiência e incapacidade.



Neste sentido, aposta em parcerias estratégicas que favoreçam a verdadeira inclusão das pessoas com deficiência, como a parceria com a companhia de Teatro Lama, que na edição de 2024 do Festival Mochila, contou com a participação de dois atores da APPC Faro na peça “Água Gastas”, encenação do grupo Estojo 2024. A considerar, ainda, a importância dos projetos Cofinanciados pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. “Somos Arte” e “Colónia de Férias”.

A APPC Faro integrou, em 2024, a direção do projeto-piloto “Observatório Ibérico de Residências para Pessoas com Paralisia Cerebral”, conjuntamente com mais quatro instituições portuguesas e duas espanholas. Este projeto visa estudar, refletir e partilhar as melhores práticas vivenciadas em estruturas residenciais vocacionadas para pessoas com Paralisia Cerebral.



O reconhecimento pela qualidade dos serviços prestados pela APPC Faro chegou no dia 07 de setembro de 2024 através da atribuição da **Medalha de Mérito - Grau Ouro - do Município de Faro**, “pelos assinaláveis benefícios granjeados para o município de Faro, decorrentes do seu incansável labor”. Esta distinção veio reconhecer o trabalho desenvolvido por todos os colaboradores, que ao longo destes 41 anos, mobilizaram esforços para promover a qualidade de vida de todas as pessoas que apoiamos. **“Ultrapassar barreiras faz de nós quem somos”** na determinação para a promoção da qualidade de vida e plena inclusão.



▶ Análise Económica e Financeira

O exercício de 2024 trouxe-nos a consolidação do projeto-piloto “**Modelo de Apoio à Vida Independente**”, como Resposta Social definitiva (SAVI), apoiada por um acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social, que muito contribuiu para o crescimento registado de dois dígitos da atividade da Instituição.

CONTAS DE EXPLORAÇÃO	2023	2024	TX. CRESC.
GASTOS	2 183 181,41 €	2 448 101,64	12,13%
RENDIMENTOS	2 196 606,86 €	2 451 238,73	11,59%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	13 425,45 €	3 137,09 €	-76,63%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13 425,45 €	3 137,09 €	-76,63%

CONTAS DE GASTOS	2023	2024	TX. CRESC.
FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	364 886,41 €	388 800,65 €	6,55%
GASTOS COM O PESSOAL	1 686 542,13 €	1 884 516,71 €	11,74%
DEPRECIACÕES	118 986,38 €	157 868,76 €	32,68%
JUROS SUPORTADOS	4 684,93 €	2 714,84 €	-42,05%

Fruto da boa liquidez existente, foi possível neste ano investir fortemente na substituição do parque automóvel existente e na realização de várias intervenções nos nossos edifícios. As depreciações associadas não permitiram igualar os resultados líquidos do ano anterior, embora continuem positivos.

INVESTIMENTOS	TOTAL	AMORTIZ. 2024
EDIFÍCIOS	83 220,38 €	8 468,16 €
EQUIPAMENTO BÁSICO	21 370,60 €	2 814,42 €
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	106 640,87 €	26 660,22 €
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	10 949,00 €	3 323,24 €
TOTAL	222 180,85 €	41 266,04 €

Apesar da diminuição das disponibilidades resultado do investimento desenvolvido este ano, o montante existente continua a permitir a realização de novos investimentos que sejam necessários sem recurso a financiamento bancário. Em linha com a tendência dos últimos anos, prevê-se a eliminação do financiamento bancário no primeiro trimestre de 2026.

RUBRICAS DO BALANÇO	2023	2024	TX. CRESC.
TOTAL DO ATIVO	1 993 302,91 €	1 995 493,95 €	0,11%
TOTAL DO PASSIVO	459 494,24 €	465 249,88 €	1,25%
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	425 986,52 €	298 736,36 €	-29,87%
CONTAS A PAGAR - ESTADO E O.E.PÚBL.	39 610,81 €	55 681,55 €	40,57%
CONTAS A PAGAR - FORNECEDORES	26 188,57 €	24 934,64 €	-4,79%
FINANC. OBTIDOS	65 364,49 €	38 295,39 €	-41,41%

Em conclusão, deparámo-nos novamente com um exercício tranquilo, sem sobressaltos de tesouraria, na continuação de uma situação financeira sólida que permitirá enfrentar os desafios que a conjuntura económica colocará certamente nos próximos anos.

► Proposta de Aplicação de Resultados

Os mapas relativos às contas de gerência encontram-se em anexo. No ano de 2024 como reflexo da atividade desenvolvida, obteve-se resultados líquidos positivos no valor de 3.137,09 €, os quais a Direção propõe que sejam transferidos para Resultados Transitados.



► Nota Conclusiva

Considerando que, nos últimos anos, assistimos a um desenvolvimento significativo de políticas e novas medidas de prevenção, habilitação e reabilitação, bem como, a um reforço da proteção e inclusão social das pessoas com deficiência em Portugal, tendo sempre como referência os princípios da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, as recomendações do Comité das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e mais recentemente fortalecidas pelos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, torna-se imperioso destacar os indicadores de impacto positivo que a APPC Faro assumiu ao longo do ano de 2024.



Finalmente, queremos reforçar o agradecimento a todas as entidades e parceiros que conosco têm trabalhado, destacando as extraordinárias relações de cooperação desenvolvidas, sem as quais não poderíamos atingir os resultados aqui explanados. Um especial agradecimento a todos os colaboradores e aos voluntários, que de forma empenhada e dedicada contribuem decisivamente para o sucesso alcançado, ano após ano. Apresentamos, ainda, e com especial destaque, o nosso profundo agradecimento aos nossos utentes e às suas famílias pela confiança que nos depositam e que servem de inspiração e motivação para fazermos mais e melhor a cada dia.

Aprovado em reunião de Direção de dia 26 de março de 2025:

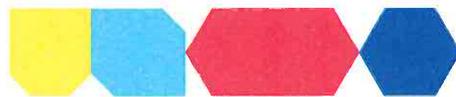
O Presidente da Direção

Paulo Teixeira

Aprovado em Assembleia Geral de dia 27 de março de 2025:

O Presidente da Assembleia Geral

[Handwritten signature]

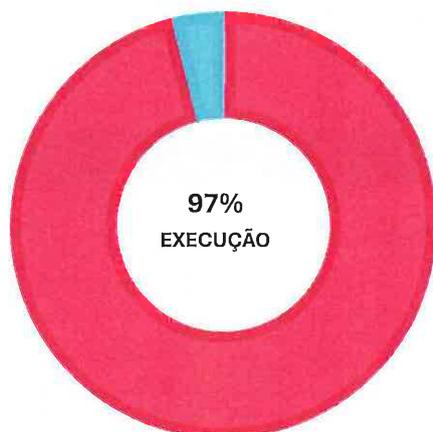
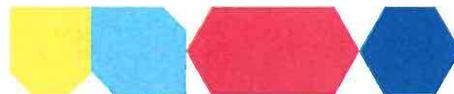


ANEXO 1

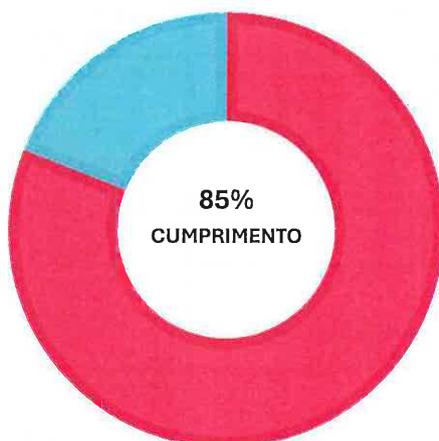


Anexo I – Análise do Desempenho Estratégico e Operacional

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Sustentabilidade	Eficiência orçamental	Manter saldos operacionais positivos	Taxa de execução orçamental da receita	≥ 102%	108%	100%
			Taxa de execução orçamental da despesa	≤ 98,50%	108%	91%
	Dependência da tutela	Criar novos serviços	N.º de serviços novos	≥ 1	1	100%
	Número de Associados	Aumentar o número de associados	Taxa de crescimento do n.º de novos sócios	≥ 3%	3%	100%
	Manutenção de edifícios e equipamentos	Implementar Plano de Manutenção	Taxa de implementação do Plano de Manutenção	≥ 75%	89%	100%
	Envelhecimento das viaturas	Substituir a frota automóvel	N.º de viaturas substituídas	≥ 1	3	100%
Recursos Humanos	Retenção dos Recursos Humanos	Rever o modelo de gestão e desenvolvimento do desempenho e capacitação dos RH	Taxa de execução do Plano Anual de Formação	≥ 75%	94%	100%
			Média da Avaliação de Desempenho	≥ 3,5	3,84	100%
			Taxa de satisfação dos RH	≥ 75%	92%	100%
		Implementar medidas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal	N.º de medidas implementadas	≥ 1	1	100%
Liderança horizontal	Capacitar todos os RH com funções de coordenação/ direção técnica em gestão de equipas e liderança	Taxa de RH com funções de coordenação/direção técnica que participaram nas ações	≥ 100%	25%	25%	
Respostas Sociais/ Serviços	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	104%	100%
	Transição digital	Otimizar o sistema informático de apoio ao desenvolvimento das atividades	Taxa de cobertura digital	≥ 75%	100%	100%
	Comunicação interna/externa	Otimizar os procedimentos de comunicação interna	N.º de canais de comunicação interna revistos/criados	≥ 2	2	100%
		Criar Plano de Comunicação	Taxa de cumprimento do plano de comunicação	≥ 75%	90%	100%
Clientes	Satisfação dos clientes	Satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 75%	96%	100%
			Taxa de execução dos Planos Individuais	≥ 80%	76%	95%
			Média do cumprimento dos apoios individuais	≥ 0,8	0,7913	99%
	Abordagem centrada na pessoa	Implementar formação interna em abordagem centrada na pessoa	Taxa de colaboradores com formação nesta abordagem	≥ 75%	75%	100%
	Qualidade de vida	Promover a qualidade de vida dos clientes	Índice médio de qualidade de vida	≥ 70%	78%	100%
	Inclusão	Aumentar a inclusão e a participação social dos clientes na sociedade	Taxa de participação em atividades de inclusão	≥ 70%	94%	100%
	Vida independente	Promover a autodeterminação e vida independente dos clientes	N.º de ações para a promoção da autodeterminação e vida independente	≥ 1	5	100%
Qualidade, Inovação e Desenvolvimento	Desinstitucionalização	Criar respostas inovadoras	N.º de novas respostas sociais	≥ 1	1	100%
	Serviços diferenciados	Oferecer serviços diferenciados e especializados de última geração	N.º de projetos para a inovação	≥ 1	2	100%
	Parcerias para o impacto	Desenvolver parcerias estratégicas para o impacto social	N.º de parcerias	≥ 1	3	100%
	Investigação	Participar em estudos de investigação	N.º de estudos	≥ 1	1	100%

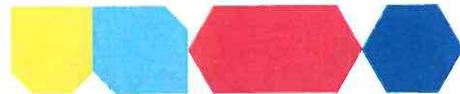


**Taxa de execução do Plano Anual de
Atividades de 2024**



**Taxa de cumprimento dos objetivos
estratégicos de 2024**

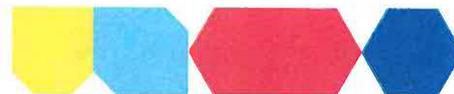




Desempenho Operacional por Resposta Social/ Serviço

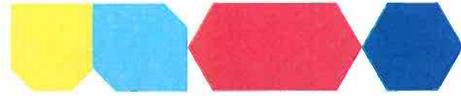
Intervenção Precoce na Infância (IPI)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	100%	100%
	Clientes	Satisfação dos clientes	Satisfazer as necessidades e expetativas dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 75%	90%
Taxa de execução dos Planos Individuais				≥ 80%	48%	60%
Média do cumprimento dos apoios Individuais				≥ 0,80	0,81	100%
Desempenho Operacional	Inclusão	Aumentar a inclusão e a participação social dos clientes na sociedade	Taxa de participação em atividades de inclusão	≥ 70%	91%	100%
	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho da IPI	Número de atividades realizadas pela resposta social	≥ 15	18	100%
			Número de PIIP's avaliados/revistos	≥ 113	117	100%
			Número de divulgações de programas e serviços	≥ 7	11	100%
			Número de acolhimentos realizados	≥ 63	65	100%
			Número de processos como Mediadores de Caso	≤ 70	86	100%
			Nº apoios em contexto creche/domicílio/II	≥ 29	109	100%
	Ações e Atividades Complementares da IPI	Ações e Atividades Complementares da IPI	Realização de sessões de informação nos contextos educativos sobre temáticas relacionadas com o desenvolvimento da criança	≥ 1	4	100%
			Divulgação do serviço de IPI nos contextos educativos – como referenciar e identificar critérios de elegibilidade para o SNIPI	≥ 1	4	100%
			Realização de sessões temáticas/atividades lúdicas que promovam o desenvolvimento global da criança	≥ 1	3	100%



Centro de Reabilitação/Ambulatório (AMB)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	100%	100%
	Clientes	Satisfação dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 75%	100%	100%
Taxa de execução dos Planos Individuais			≥ 80%	68%	85%	
Média do cumprimento dos apoios individuais			≥ 0,80	0,77	96%	
Desempenho Operacional	Inclusão	Aumentar a Inclusão e a participação social dos clientes na sociedade	Taxa de participação em atividades de inclusão	≥ 70%	100%	100%
	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho do AMB	Número de apoios em contexto	≥ 20	13	65%
			Número de levantamentos de barreiras à autonomia em contexto	≥ 15	19	100%
			Número de consultas (internas e externas)	≥ 101	103	100%
			Número de processos de PA instruídos	≥ 112	99	88%
			Número avaliações de PA	≥ 164	130	79%
			Número médio de divulgações de programas e serviços	≥ 3	3	100%
			Número de atividades complementares	≥ 3	4	100%
	Ações e Atividades Complementares do AMB		Promover atividades terapêuticas com recurso a tecnologia	≥ 1	1	100%
			Potenciar treinos de postura, de equilíbrio e de marcha com recurso a ferramentas de última geração, que permitam incrementar estas competências	≥ 1	1	100%

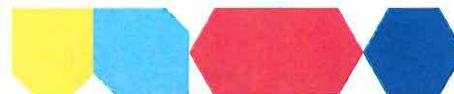

Centro de Apoio à Vida (CAV)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	100%	100%
	Satisfação dos clientes	Satisfazer as necessidades e expetativas dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 75%	100%	100%
Taxa de execução dos Planos Individuais			≥ 80%	76%	95%	
Média do cumprimento dos apoios individuais			≥ 0,80	0,69	86%	
Clientes	Abordagem centrada na pessoa	Implementar formação interna em abordagem centrada na pessoa	Taxa de colaboradores com formação nesta abordagem	≥ 75%	50%	67%
	Qualidade de vida	Promover a qualidade de vida dos clientes	Índice médio de qualidade de vida	≥ 70%	80%	100%
Desempenho Operacional	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho do CAV	Número de atendimentos descentralizados/fora da instituição	≥ 123	149	100%
			Número de acompanhamentos na instituição	≥ 92	89	97%
			Número de horas em competências parentais	≥ 40	90	100%
			Taxa de avaliações do desenvolvimento global do bebé	≥ 80%	100%	100%
			Taxa de execução do Programa de gestão doméstica	≥ 1	75%	75%
			Programa de execução do programa de gravidez	≥ 1	N/a	---
			Taxa de integração profissional	≥ 75%	91%	100%
			Número de divulgações de programas e serviços	≥ 3	5	100%
	Ações e Atividades Complementares do CAV	Promover a divulgação da resposta social	≥ 1	1	100%	
		Desenvolver as redes sociais de apoio	≥ 1	1	100%	
	Facilitar a (re)integração laboral das clientes	≥ 1	1	100%		



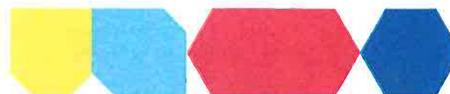
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual	
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	100%	100%	
	Satisfação dos clientes	Satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 75%	100%	100%	
Taxa de execução dos Planos Individuais			≥ 80%	79%	99%		
Média do cumprimento dos apoios individuais			≥ 0,8	0,80	100%		
Clientes	Abordagem centrada na pessoa	Implementar formação interna em abordagem centrada na pessoa	Taxa de colaboradores com formação nesta abordagem	≥ 75%	25%	33%	
	Qualidade de vida	Promover a qualidade de vida dos clientes	Índice médio de qualidade de vida	≥ 70%	91%	100%	
	Inclusão	Aumentar a inclusão e a participação social dos clientes na sociedade	Taxa de participação em atividades de inclusão	≥ 70%	74%	100%	
	Vida independente	Promover a autodeterminação e vida independente dos clientes	N.º de ações para a promoção da autodeterminação e vida independente	≥ 1	6	100%	
	Desempenho Operacional	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho do CACI	Taxa de execução de atividades ocupacionais	≥ 85%	86%	100%
				Taxa de execução de atividades terapêuticas	≥ 80%	78%	98%
Taxa de execução das atividades de interação com o meio				≥ 80%	80%	100%	
Taxa de execução das atividades socialmente úteis				≥ 70%	N/a	---	
Taxa de execução das atividades de qualificação para a inclusão social e profissional				≥ 70%	N/a	---	
Número de divulgações de programas e serviços				≥ 3	5	100%	
Ações e Atividades Complementares do CACI		Desenvolver ações de capacitação junto de famílias, de forma a promover a qualidade de vida dos clientes	≥ 1	1	100%		
	Desenvolver ações de sensibilização na comunidade de forma a dar a conhecer o CACI da APPC Faro	≥ 1	2	100%			



Lar Residencial (LAR)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	100%	100%
	Clientes	Satisfação dos clientes	Satisfazer as necessidades e expetativas dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 75%	100%
Taxa de execução dos Planos Individuais				≥ 80%	81%	100%
Abordagem centrada na pessoa		Implementar formação interna em abordagem centrada na pessoa	Taxa de colaboradores com formação nesta abordagem	≥ 75%	100%	100%
Qualidade de vida		Promover a qualidade de vida dos clientes	Índice médio de qualidade de vida	≥ 70%	84%	100%
Inclusão		Aumentar a inclusão e a participação social dos clientes na sociedade	Taxa de participação em atividades de inclusão	≥ 70%	100%	100%
Desempenho Operacional	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho do LAR	Número de camas temporárias	≥ 9	12	100%
			Número de acompanhamentos em serviço ao exterior (saúde)	≥ 37	45	100%
			Número de atividades socioculturais	≥ 35	85	100%
			Número de atividades complementares	≥ 9	10	100%
			Número de divulgações de programas e serviços	≥ 3	10	100%
		Ações e Atividades Complementares do LAR	Ação de sensibilização sobre a importância das consultas da saúde da mulher/homem	≥ 1	1	100%
			Participação em atividades de carácter lúdico e recreativo/animação sociocultural, na comunidade local	≥ 1	4	100%



Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	100%	100%
	Satisfação dos clientes	Satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 75%	100%	100%
Taxa de execução dos Planos Individuais			≥ 80%	83%	100%	
Clientes	Abordagem centrada na pessoa	Implementar formação interna em abordagem centrada na pessoa	Taxa de colaboradores com formação nesta abordagem	≥ 75%	100%	100%
	Qualidade de vida	Promover a qualidade de vida dos clientes	Índice médio de qualidade de vida	≥ 70%	57%	81%
	Inclusão	Aumentar a inclusão e a participação social dos clientes na sociedade	Taxa de participação em atividades de inclusão	≥ 70%	100%	100%
	Vida independente	Promover a autodeterminação e vida independente dos clientes	N.º de ações para a promoção da autodeterminação e vida independente	≥ 1	6	100%
	Desempenho Operacional	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho da RAI	Taxa de execução das atividades dos PI's	≥ 85%	83%
Taxa de execução de atividades de Inclusão e Participação				≥ 80%	100%	100%
Número de divulgações de programas e serviços				≥ 3	4	100%
Número de reuniões com os clientes/famílias (sensibilizações)				≥ 2	11	100%
Número de integrações na comunidade				≥ 5	6	100%
Ações e Atividades Complementares da RAI		Desenvolver atividades na comunidade local que potenciem o desenvolvimento do cliente enquanto pessoa capaz de fazer escolhas e com direito a partilhar espaços comunitários	≥ 1	41	100%	
			Promover a integração social de forma a minimizar os efeitos de institucionalização	≥ 1	4	100%
			Promover atividades de tecnologias da Informação e comunicação (telemóvel/computador)	≥ 1	3	100%
			Capacitar através de ações/atividades para aquisição de conhecimentos e competências pessoais, relacionais e sociais que contribuam para a autonomização e inclusão na comunidade	≥ 1	11	100%

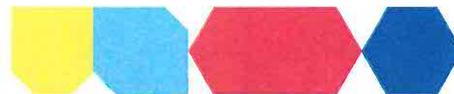


Centro de Recursos para a Inclusão (CRI)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	97%	97%
	Desempenho Operacional	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho do CRI	Número total de alunos acompanhados pelo CRI	≥ 203	197
Taxa de implementação dos Planos de Ação				= 100%	90%	90%
Taxa de execução dos planos de intervenção				≥ 90%	75%	83%
Taxa de execução dos serviços especializados				= 100%	84%	84%
Número de alunos em PIT				≥ 91	42	46%
Taxa de concretização dos objetivos do PIT				≥ 90%	98%	100%
Número de alunos em estágio				≥ 36	22	61%
Número de parceiros				≥ 16	22	100%
Satisfação das Coordenações de Equipas de Educação Especial				≥ 90%	97%	100%
Ações e Atividades Complementares do CRI						Sensibilizar a comunidade educativa para a transição para a vida pós-escolar dos jovens com deficiência e incapacidade
	Renovação da acreditação do CRI	= 5	5			100%

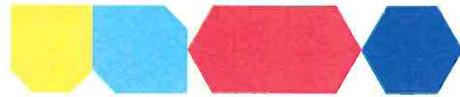
Centro de Recursos para o Emprego (CRE)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	149%	100%
	Desempenho Operacional	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho do CRE	Nº de candidatos –IAOQE- Informação, avaliação e Orientação para a Qualificação e Emprego	≥ 35	55
Nº de candidatos –AC (Apoio à Colocação)				≥ 20	28	100%
Nº de candidatos –APC (Acompanhamento Pós Colocação)				≥ 10	14	100%
Taxa de Manutenção do Emprego				≥ 50%	75%	100%
Nº Apoios em IAOQE				≥ 60	99	100%
Nº Apoios AC em Apoio à Colocação				≥ 45	126	100%
Nº Apoios APC Acompanhamento Pós Colocação				≥ 20	102	100%
Número de divulgações de programas e serviços				≥ 10	20	100%
Nº de Integrações (CEI/Estágios/contratos)				≥ 6	7	100%
Ações e Atividades Complementares do CRE						Promover ações de sensibilização aos empresários da região sobre os apoios financeiros à contratação do IEFP
	Realizar ações de divulgação do Centro de Recursos nas empresas	≥ 1	13			100%

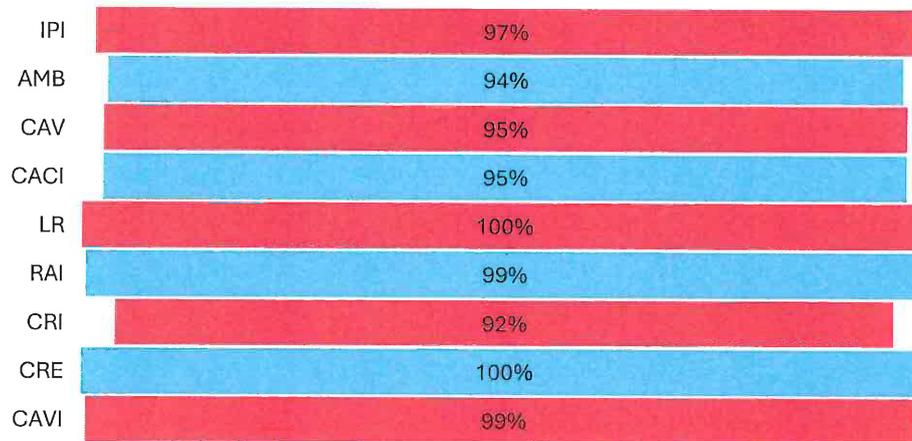


Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	89%	89%
	Satisfação dos clientes	Satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 75%	92%	100%
Taxa de execução dos Planos Individuais			≥ 80%	98%	100%	
Média do cumprimento dos apoios individuais			≥ 0,8	0,89	100%	
Clientes	Abordagem centrada na pessoa	Implementar formação interna em abordagem centrada na pessoa	Taxa de colaboradores com formação nesta abordagem	≥ 75%	100%	100%
	Inclusão	Aumentar a inclusão e a participação social dos clientes na sociedade	Taxa de participação em atividades de inclusão	≥ 70%	100%	100%
	Vida independente	Promover a autodeterminação e vida independente dos clientes	N.º de ações para a promoção da autodeterminação e vida independente	≥ 1	3	100%
Desempenho Operacional	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho do CAVI	Número de horas de assistência pessoal	≥ 33280	34983	100%
			Número de reuniões inter pares	≥ 2	2	100%
			Número de reuniões entre CAVI'S e entidades da comunidade	≥ 2	6	100%
			Número de divulgações do serviço	≥ 5	5	100%
			Número de horas de formação para assistentes pessoais (Inicial e Adicional)	≥ 125	250	100%
			Número de visitas em contexto	≥ 24	24	100%
			Número de inscrições de novos destinatários	≥ 10	14	100%
			Número de atividades complementares	≥ 2	2	100%
	Ações e Atividades Complementares do CAVI	Desenvolver ações de sensibilização na comunidade para a importância da autonomia e vida independente, apoiando à consolidação de uma política de não institucionalização	≥ 1	1	100%	
		Divulgação do serviço de assistência pessoal como recurso na transição para a vida pós-escolar da pessoa com deficiência ou incapacidade	≥ 1	2	100%	
		Promover ações de sensibilização para entidades empregadoras e/ou outras instituições relevantes sobre o papel do assistente pessoal	≥ 1	1	100%	



Taxa de Execução do Desempenho Operacional por Resposta Social/Serviço



A



ANEXO 2

DADOS INSTITUIÇÃO

Nome

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL DE FARO

NIPC

509656226

Natureza Jurídica

IPSS

Telefone

289 82 88 14

Morada Sede

RUA DA GUINÉ-BISSAU, 2
8005 - 203 FARO

Email

INFO@APPC-FARO.ORG.PT

Identificação do Equipamento

APPC-FARO SEDE

Resposta Social

AMBULATÓRIO

CACI I

CACI II

INTERVENÇÃO PRECOCE

CENTRO DE APOIO À VIDA

SERVIÇO DE APOIO À VIDA INDEPEND.

CENTRO DE RECURSOS P/ INCLUSÃO

N.º Médio Utentes

100

37

19

60

20

22

197

LAR RESIDENCIAL E RESIDÊNCIA
AUTÓNOMA APPC FARO

LAR RESIDENCIAL

RESIDÊNCIA DE AUTONOMIZ. E INCL.

20

5

APROVADO PELA DIREÇÃO

DATA

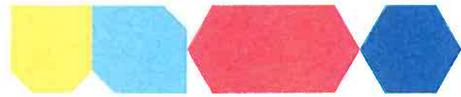
26 de março de 2025

APROVADO PELA ASSEMB. GERAL

DATA

27 de março de 2025





BALANÇO DO EXERCÍCIO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RUBRICAS	NOTAS	ANO DE 2024	ANO DE 2023
ATIVO			
<u>ATIVO NÃO CORRENTE</u>			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	5	1 515 891,60 €	1 416 677,75 €
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL			
PROPRIEDADE DE INVESTIMENTO			
ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	5	29 330,64 €	
ATIVOS INTANGÍVEIS	6	103 963,20 €	107 212,05 €
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	15	13 082,27 €	13 082,27 €
FUND. / BENEM. / PATROCINAD. / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS			
		1 662 267,71 €	1 536 972,07 €
<u>ATIVO CORRENTE</u>			
INVENTÁRIOS	9	2 204,61 €	107,70 €
CLIENTES		811,60 €	270,00 €
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		1 769,66 €	14 628,17 €
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		14 630,76 €	4 940,98 €
FUND. / BENEM. / PATROCINAD. / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS		330,00 €	165,00 €
OUTRAS CONTAS A RECEBER		9 127,98 €	4 611,12 €
DIFERIMENTOS		5 615,02 €	5 621,35 €
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS			
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	15	298 736,61 €	425 986,52 €
		333 226,24 €	456 330,84 €
		1 995 493,95 €	1 993 302,91 €
TOTAL DO ATIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
<u>FUNDOS PATRIMONIAIS</u>			
FUNDOS			
EXCEDENTES TÉCNICOS			
RESERVAS			
RESULTADOS TRANSITADOS		327 937,02 €	314 511,57 €
EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO			
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	12	1 199 169,96 €	1 205 871,65 €
RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	18	3 137,09 €	13 425,45 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		1 530 244,07 €	1 533 808,67 €
PASSIVO			
<u>PASSIVO NÃO CORRENTE</u>			
PROVISÕES	11		
PROVISÕES ESPECÍFICAS			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	5, 8	9 790,28 €	38 303,44 €
OUTRAS CONTAS A PAGAR			
		9 790,28 €	38 303,44 €
<u>PASSIVO CORRENTE</u>			
FORNECEDORES		24 934,64 €	26 188,57 €
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES			
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		55 681,55 €	39 610,81 €
FUND. / BENEM. / PATROCINAD. / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	5, 8	28 505,11 €	27 061,05 €
DIFERIMENTOS		9 345,63 €	67 289,34 €
OUTRAS CONTAS A PAGAR		336 992,67 €	261 041,03 €
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS			
		455 459,60 €	421 190,80 €
		465 249,88 €	459 494,24 €
TOTAL DO PASSIVO		1 995 493,95 €	1 993 302,91 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO			

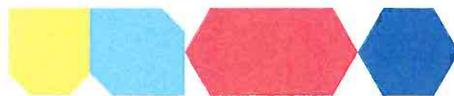
A Direção

Paulo Teixeira
Amélia Sousa
António José de Sousa

O Contabilista Certificado

Francisca M. Silva

2



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

CÓD. CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	ANO DE 2024	ANO DE 2023
71	VENDAS			
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2, 10, 12	1 986 559,53 €	195 970,77 €
721-5	Quotizações / Mensalidades / Outros		204 827,61 €	195 970,77 €
726	Acordos de Cooperação Segurança Social	2, 10, 12	1 781 731,92 €	
75	SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS	2, 10, 12	349 271,89 €	1 904 926,24 €
751	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2, 10, 12	294 731,91 €	1 858 978,42 €
752	OUTRAS ENTIDADES			
753	DOAÇÕES E HERANÇAS		54 539,98 €	45 947,82 €
73	VARIAÇÕES NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO			
74	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE			
61	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	9	-7 474,04 €	-4 999,91 €
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	7	-388 800,65 €	-364 886,41 €
621	SUBCONTRATOS		-111 237,98 €	-96 069,05 €
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		-85 505,10 €	-85 593,43 €
623	MATERIAIS		-11 903,69 €	-14 672,80 €
624	ENERGIA E FLUIDOS		-91 547,50 €	-82 306,85 €
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES		-7 090,44 €	-2 017,77 €
626	SERVIÇOS DIVERSOS		-81 515,94 €	-84 226,51 €
63	GASTOS COM PESSOAL	16	-1 884 516,71 €	-1 686 542,13 €
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL		-1 545 700,66 €	-1 384 013,91 €
634	INDEMINIZAÇÕES		-4 153,04 €	-4 191,77 €
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES		-311 362,61 €	-281 612,86 €
636	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		-15 749,73 €	-12 519,06 €
638	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL		-7 550,67 €	-4 204,53 €
652 / 7622	AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIOS (Perdas / Reversões)			
651 / 7621	IMPARIIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (Perdas / Reversões)			
67 / 763	PROVISÕES (Aumentos / Reduções)	11		
678 / 7638	PROVISÕES ESPECÍFICAS (Aumentos / Reduções)			
64X / 76X	OUTRAS IMPARIIDADES (Perdas / Reversões)			
66 / 77	AUMENTOS / REDUÇÕES DE JUSTO VALOR			7,88 €
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	4, 10, 12	115 339,91 €	95 690,60 €
781	RENDIMENTOS SUPLEMENTARES		12 159,93 €	6 577,51 €
787	RENDIMENTOS E GANHOS EM INVESTIMENTOS NÃO FINANCEIROS			
782/8	OUTROS RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	4,10,12	103 179,98 €	89 113,09 €
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	4	-6 726,64 €	-3 081,65 €
	Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		163 653,29 €	137 085,39 €
64 / 761	GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	5,6	-157 868,76 €	-118 986,38 €
	Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		5 784,53 €	18 099,01 €
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS		67,40 €	11,37 €
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	8	-2 714,84 €	-4 684,93 €
	Resultado Antes de Impostos		3 137,09 €	13 425,45 €
812	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	14		
	Resultado Líquido do Período	18	3 137,09 €	13 425,45 €

A Direção

Paulo Teixeira

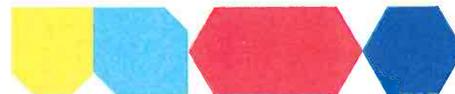
Ancilinha Sousa

Roberto Sousa

Contabilista Certificado

[Assinatura]

[Assinatura]



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO</u>			
RECEBIMENTOS DE CLIENTES E UTENTES		204 121,01	195 643,76
PAGAMENTOS DE SUBSIDIOS			
PAGAMENTOS DE APOIOS			
PAGAMENTOS DE BOLSAS			
PAGAMENTOS A FORNECEDORES		-420 223,95	-396 413,82
PAGAMENTOS AO PESSOAL		-1 292 166,62	-1 119 664,38
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		-1 508 269,56	-1 320 434,44
<u>PAGAMENTO/RECEBIMENTO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO</u>			
		0,00	0,00
<u>OUTROS RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS</u>			
RECEBIMENTOS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO, SUBSÍDIOS E PROJETOS	2	2 069 550,45	1 928 675,01
RECEBIMENTOS DE DONATIVOS E OUTROS REND. SUPLEMENTARES		58 319,40	45 016,83
OUTROS RECEBIMENTOS		7 703,65	12 640,64
OUTROS PAGAMENTOS		-540 597,00	-544 632,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		86 706,94	121 265,77
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
<u>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</u>			
ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	5	-204 000,31	-68 466,13
ACTIVOS FIXOS INTANGIVEIS			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	15		-2 220,92
OUTROS ACTIVOS			
<u>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</u>			
ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS			1 817,45
ACTIVOS FIXOS INTANGIVEIS			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
OUTROS ACTIVOS			
SUBSIDIOS AO INVESTIMENTO	12	20 000,00	12 166,79
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES		67,40	11,37
DIVIDENDOS			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-183 932,91	-56 691,44
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
<u>RECEBIMENTOS RESPEITANTES A:</u>			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS			
REALIZAÇÃO DE FUNDOS			
COBERTURA DE PREJUIZOS			
DOAÇÕES			
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO			
<u>PAGAMENTOS PROVENIENTES DE:</u>			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	8	-27 069,10	-83 109,59
JUROS E GASTOS SIMILARES	8	-2 954,84	-4 885,39
DIVIDENDOS			
REDUÇÕES DE FUNDOS			
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-30 023,94	-87 994,98
<u>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)</u>		-127 249,91	-23 420,65
<u>EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO</u>			
<u>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO</u>		425 986,52	449 407,17
<u>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO</u>		298 736,61	425 986,52

A Direção

Paulo Teixeira

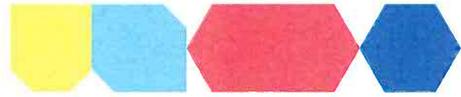
Ana Luísa Sousa

Paulo Teixeira

O Contabilista Certificado

Paulo António da Silva

PA



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1 – Identificação da Entidade

Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro, contribuinte n.º 509656226, com sede em Rua da Guiné-Bissau, n.º.2 8005-203 Faro. Constituída em 27 de dezembro de 2004 com respetiva publicação no Diário da República 3ª. Série n.º. 25 de 04 de fevereiro de 2005, tendo como atividade principal Actividades de Apoio Social para Pessoas c/ Deficiência c/ Alojamento (CAE 87302).

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social com utilidade pública, reconhecida pela Direcção Geral da Segurança Social, registada sob o número 60/2007 a fls. 149 v.º. e 150 do livro n.º. 11 das Associações de Solidariedade Social, conforme declaração publicada em Diário da República 2ª. Série n.º. 156 de 14 de agosto de 2007. De acordo com o Art.º. 8º. dos seus Estatutos, “*A Associação tem por objetivo a prevenção, habilitação, participação, inclusão social e apoio à família da pessoa com paralisia cerebral, situações neurológicas afins e outras*”.

Nota 2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas e elaboradas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade de acordo com o referencial da norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 36-A/2011 de 09 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º. 98/2015 de 02 de Junho.

O sistema de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo é composto pelos seguintes instrumentos:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras;
- Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (Aviso n.º. 8259/2015 de 29 de julho);
- Normas interpretativas (Aviso n.º. 8258/2015 de 29 de julho);
- Código de contas (Portaria n.º. 218/2015 de 23 de julho);
- Modelos de demonstrações financeiras (Portaria n.º. 220/2015 de 24 de julho);



A sua adoção ocorreu pela primeira vez no exercício de 2012, não tendo sido derrogadas quaisquer das disposições previstas na norma.

Em finais de Outubro de 2023 o Secretariado Técnico da Comissão de Normalização Contabilista emitiu um parecer sobre a correta contabilização das participações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre as instituições e o Estado, que deu origem à divulgação em 24 de Novembro de 2023, da “FAQ 39” relacionada com o enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação celebrados entre as entidades do setor não lucrativo e o Estado, para fazer face a respostas sociais e a respetiva alteração na contabilização.

A Comissão de Normalização Contabilista considera o seguinte:

“a) Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem do valor correspondente a esta prestação de serviços, informação a ter em conta, designadamente para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, bem como do n.º 2 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos;

b) Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75).”

Face ao exposto, todos os acordos de cooperação celebrados entre a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro e o Estado - no caso, Instituto da Segurança Social, IP - estão dependentes da variação de frequências de utentes (o acordo de cooperação do Serviço de Apoio à Vida Independente apenas o é após 1 de Março de 2024) e enquadram-se na alínea a).

Esta alteração contabilística foi adotada pela primeira vez em 2024, onde os montantes relativos aos acordos de cooperação foram reconhecidos na conta 72 – Prestações de Serviços ao invés da conta 75 - Subsídios à Exploração, impedindo a comparabilidade com a demonstração de resultados de 2023.



Neste sentido, e de forma a permitir a comparabilidade entre a demonstração de resultados de 2023 e 2024 temos de efetuar as seguintes reconciliações:

Reconciliação efetuada à Demonstração de Resultados do exercício de 2023 de forma a permitir a sua comparabilidade com a do exercício de 2024

Contas	Rendimentos e Gastos	2024	2023 - Reconc.	Reconciliação	2023
71	VENDAS				
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 986 559,53 €	1 457 683,22 €	1 261 712,45 €	195 970,77 €
721-5	QUOTIZAÇÕES / MENSALIDADES / OUTROS	204 827,61 €	195 970,77 €		195 970,77 €
726	ACORDOS DE COOPERAÇÃO SEGURANÇA SOCIAL	1 781 731,92 €	1 261 712,45 €	1 261 712,45 €	
75	SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS	349 271,89 €	643 213,79 €	-1 261 712,45 €	1 904 926,24 €
751	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	294 731,91 €	597 265,97 €	-1 261 712,45 €	1 858 978,42 €
752	OUTRAS ENTIDADES				
753	DOAÇÕES E HERANÇAS	54 539,98 €	45 947,82 €		45 947,82 €
73	VARIAÇÕES NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO				
74	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
61	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	-7 474,04 €	-4 999,91 €		-4 999,91 €
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-388 800,65 €	-364 886,41 €		-364 886,41 €
63	GASTOS COM PESSOAL	-1 884 516,71 €	-1 686 542,13 €		-1 686 542,13 €
652 / 7622	AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIOS (Perdas / Reversões)				
651 / 7621	IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (Perdas / Reversões)				
67 / 763	PROVISÕES (Aumentos / Reduções)				
678 / 7638	PROVISÕES ESPECÍFICAS (Aumentos / Reduções)				
64X / 76X	OUTRAS IMPARIDADES (Perdas / Reversões)				
66 / 77	AUMENTOS / REDUÇÕES DE JUSTO VALOR		7,88 €		7,88 €
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	115 339,91 €	95 690,60 €		95 690,60 €
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	-6 726,64 €	-3 081,65 €		-3 081,65 €
	Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	163 653,29 €	137 085,39 €		137 085,39 €
64 / 761	GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-157 868,76 €	-118 986,38 €		-118 986,38 €
	Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	5 784,53 €	18 099,01 €		18 099,01 €
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	67,40 €	11,37 €		11,37 €
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	-2 714,84 €	-4 684,93 €		-4 684,93 €
	Resultado Antes de Impostos	3 137,09 €	13 425,45 €		13 425,45 €
812	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO				
	Resultado Líquido do Período	3 137,09 €	13 425,45 €		13 425,45 €

Nota 3 – Principais Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência;
- Materialidade e agregação;
- Compensação;
- Informação Comparativa;

As políticas de reconhecimento e mensuração encontram-se descritas junto às notas dos respetivos itens.

Nota 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Foram reconhecidos em 2024, 2.065,59 € de rendimentos relativos ao “Programa de Apoio ao Associativismo” do Município de Faro, que financiou em 2024 diversos equipamentos alvo de amortizações no ano de 2023. Também foi reconhecido um montante de 11.051,09 € recebido em 2024 do Instituto da Segurança Social, IP referente ao Apoio Extraordinário para o ano de 2022.

Em sentido contrário foi apurado em 2024 o saldo final dos projetos de 2022 financiados pelo Instituto Nacional de Reabilitação, que resultou num montante total a restituir que ascendeu a 3.857,82 €, tendo sido reconhecido neste ano como gasto.



Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis às ações necessárias para os colocar em funcionamento/utilização, deduzidos das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, se existirem. Os ativos fixos tangíveis em curso, correspondem aos ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes, passam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para operar de acordo com o pretendido. As despesas subsequentes que existem com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não aumentem a vida útil dos mesmos.

A Associação não detém quaisquer ativos classificados como património histórico, artístico e cultural.

As amortizações foram calculadas, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Os elementos de reduzido valor serão amortizados de acordo com o estabelecido no Art.º 19 do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL ESTIMADA
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	NÃO SÃO AMORTIZADOS
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	DE 10 A 50 ANOS
EQUIPAMENTO BÁSICO	DE 4 A 8 ANOS
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	DE 4 A 8 ANOS
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	DE 3 A 8 ANOS
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	DE 4 A 7 ANOS

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis encontram-se discriminados no quadro seguinte:



RUBRICAS		TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇ.	EQUIP. BÁSICO	EQUIP. TRANSPORTE	EQUIP. ADMINISTR.	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
QUANTIA ESCRIT. BRUTA EM 01/01/2023		4 987,98 €	2 952 036,69 €	395 169,82 €	407 297,85 €	197 071,76 €	1 894,25 €	2 003,00 €	3 942 208,94 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		0,00 €	-1 511 356,36 €	-376 224,86 €	-407 297,85 €	-188 534,76 €	-1 894,25 €	0,00 €	-2 375 279,52 €
QUANTIA ESCRIT. LÍQUIDA EM 01/01/2023		4 987,98 €	1 440 680,33 €	18 944,96 €	0,00 €	8 537,00 €	0,00 €	2 003,00 €	1 475 153,27 €
2023	AQUISIÇÕES / DOAÇÕES		40 128,90 €	3 820,76 €		12 115,14 €			56 064,80 €
	REVALORIZAÇÕES								
	TRANSFERÊNCIAS								
	ALIENAÇÕES / ABATES				-16 553,47 €				-16 553,47 €
	DEPRECIAÇÕES		-100 319,20 €	-6 948,29 €		-8 470,04 €			-115 737,53 €
REGULARIZAÇÕES						1 197,21 €		1 197,21 €	
PERDAS POR IMPARIDADES									
QUANTIA ESCRIT. BRUTA EM 31/12/2023		4 987,98 €	2 992 165,59 €	398 990,58 €	390 744,38 €	209 186,90 €	1 894,25 €	2 003,00 €	3 999 972,68 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		0,00 €	-1 611 675,56 €	-383 173,15 €	-390 744,38 €	-195 807,59 €	-1 894,25 €	0,00 €	-2 583 294,93 €
QUANTIA ESCRIT. LÍQUIDA EM 31/12/2023		4 987,98 €	1 380 490,03 €	15 817,43 €	0,00 €	13 379,31 €	0,00 €	2 003,00 €	1 416 677,75 €
2024	AQUISIÇÕES / DOAÇÕES	1 440,54 €	61 071,97 €	47 221,16 €	106 640,87 €	10 949,06 €		24 054,91 €	251 378,51 €
	REVALORIZAÇÕES								
	TRANSFERÊNCIAS								
	ALIENAÇÕES / ABATES								
	DEPRECIAÇÕES		-106 566,04 €	-10 956,58 €	-26 660,22 €	-10 437,07 €			-154 619,91 €
REGULARIZAÇÕES		2 455,25 €						2 455,25 €	
PERDAS POR IMPARIDADES									
QUANTIA ESCRIT. BRUTA EM 31/12/2024		6 428,52 €	3 055 692,81 €	446 211,74 €	497 385,25 €	220 135,96 €	1 894,25 €	26 057,91 €	4 253 806,44 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		0,00 €	-1 718 241,60 €	-394 129,73 €	-417 404,60 €	-206 244,66 €	-1 894,25 €	0,00 €	-2 737 914,84 €
QUANTIA ESCRIT. LÍQUIDA EM 31/12/2024		6 428,52 €	1 337 451,21 €	52 082,01 €	79 980,65 €	13 891,30 €	0,00 €	26 057,91 €	1 515 891,60 €

Encontra-se na contabilizado na rubrica Edifícios e Outras Construções o edifício afeto ao Lar Residencial e Residência Autónoma que constitui garantia de um empréstimo de 350.000,00 € contraído para financiar a empreitada de construção do mesmo e cujo capital em dívida a 31 de dezembro de 2024 é de 38.295,39 €. O edifício encontra-se escriturado por 1.022.294,32 € e tem um valor líquido de amortizações atual de 408.785,90 €.

No presente ano, a Associação portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro foi beneficiária de uma herança em que pela mesma ficou com uma quota de ½ de dois prédios rústicos e um prédio urbano, este com um valor patrimonial atual de 58.661,27 € e escriturado pela quota de ½ em 29.330,64 €. Tendo a Direção a intenção de alienar este prédio urbano, o mesmo ficou registado na conta 46 – Ativos não Correntes Detidos para Venda e por isso o mesmo não será sujeito a depreciações.

Nota 6 – Activos Fixos Intangíveis

O valor reconhecido na conta de ativos intangíveis corresponde unicamente à doação, pelo prazo de 50 anos, efetuada pelo Município de Faro à Associação, dos direitos de superfície de um terreno com o objectivo de nele ser edificado o Lar Residencial e Residência Autónoma referido na nota anterior. Foi escriturado por 162.442,50 € e está a ser amortizado pelo método da linha reta à taxa de 2%, apresentando neste momento os seguintes valores contabilizados:

RUBRICAS	DIREITOS DE SUPERFÍCIE - TERRENOS	
	2024	2023
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA A 01 DE JANEIRO	162 442,50 €	162 442,50 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	-55 230,45 €	-51 981,60 €
QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA A 01 DE JANEIRO	107 212,05 €	110 460,90 €
AQUISIÇÕES / DOAÇÕES		
REVALORIZAÇÕES		
TRANSFERÊNCIAS / ALIENAÇÕES / ABATES		
DEPRECIAÇÕES	-3 248,85 €	-3 248,85 €
PERDAS POR IMPARIDADES		
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA A 31 DE DEZEMBRO	162 442,50 €	162 442,50 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	-58 479,30 €	-55 230,45 €
QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA A 31 DE DEZEMBRO	103 963,20 €	107 212,05 €

Nota 7 – Locações

A Instituição celebrou no exercício de em 2020 um contrato de renting relativo ao aluguer de uma viatura que terminou em dezembro de 2024. Também em 2022 celebrou, pelo período de 60 meses, um outro contrato de renting relativo ao aluguer de um multifunções. Em qualquer dos casos, não existe cláusula de opção de compra.

As rendas mensais são contabilizadas como gastos do período pelo montante dispendido.

Nota 8 – Custos dos Empréstimos Obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos pela Associação, são contabilizados como gastos do período em que são incorridos. Não existiram quaisquer capitalizações de custos de empréstimos obtidos. Também não se verificam quaisquer incumprimentos relativos aos empréstimos contraídos.

A evolução dos empréstimos obtidos e dos seus respetivos custos foi a seguinte:

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	MONTANTES
SALDO INICIAL 2023	148 241,54 €
REFORÇOS	0,00 €
AMORTIZAÇÕES	-82 877,05 €
SALDO FINAL 2023 / INICIAL 2024	65 364,49 €
REFORÇOS	0,00 €
AMORTIZAÇÕES	-27 069,10 €
SALDO FINAL 2024	38 295,39 €

JUROS EMP.	MONTANTES
2023	4 677,93 €
2024	2 714,84 €



Nota 9 – Inventários

À data de 31 de dezembro de 2024, estavam reconhecidos nas rubricas de inventários, o valor de 2.204,61 €.

Apurou-se da seguinte forma o CMVMC:

RUBRICAS	2024	2023
SALDO INICIAL	107,70 €	181,06 €
COMPRAS	8 667,85 €	4 397,58 €
DOAÇÕES	903,10 €	528,97 €
REGULARIZAÇÕES	0,00 €	0,00 €
SALDO FINAL	2 204,61 €	107,70 €
C.M.V.M.C.	7 474,04 €	4 999,91 €

Na conta 383 – Reclassificação e regularização de Inventários, verificou-se os seguintes movimentos relativos a donativos:

38 - RECLASS. E REG. INVENTÁRIOS	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
SALDO INICIAL 2024			0,00 €
OUTROS DONATIVOS	903,10 €		903,10 €
CONSUMO APPC		903,10 €	0,00 €
SALDO FINAL 2024			0,00 €

Nota 10 – Rédito

O rédito encontra-se reconhecido pelo montante da retribuição recebida ou a receber de acordo com o período a que respeitam.

Conforme descrito na nota 2, a Comissão de Normalização Contabilística pela divulgação da “FAQ 39”, introduziu alterações na contabilização das participações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre as instituições e o Estado.

Tais alterações foram adotadas no ano de 2024 e, de forma a permitir a comparabilidade entre o rédito reconhecido no presente exercício e no anterior, é necessário efetuar as seguintes reconciliações:

RUBRICAS	2024	2023 - Reconc.	Reconciliação	2023
VENDAS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 986 559,53 €	1 457 683,22 €	1 261 712,45 €	195 970,77 €
QUOTAS DOS UTILIZADORES	187 229,36 €	178 138,77 €		178 138,77 €
QUOTIZAÇÕES E JÓIAS	1 967,00 €	1 492,00 €		1 492,00 €
CONSULTAS E TRATAMENTOS	15 631,25 €	16 340,00 €		16 340,00 €
ISS, IP - CENTRO DISTRITAL - ACORDOS COOPERAÇÃO	1 781 731,92 €	1 261 712,45 €	1 261 712,45 €	
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	349 271,89 €	643 213,79 €	-1 261 712,45 €	1 904 926,24 €
ISS, IP - CENTRO DISTRITAL - ACORDOS COOPERAÇÃO	60 488,72 €	208 063,62 €	-1 261 712,45 €	1 469 776,07 €
DIREÇÃO GERAL EST ABELECIMENTOS ESCOLARES	153 593,58 €	104 336,03 €		104 336,03 €
AUTARQUIAS	7 800,00 €	3 920,00 €		3 920,00 €
OUTROS	72 849,61 €	280 946,32 €		280 946,32 €
<u>Instituto do Emprego e Formação Profissional</u>	<u>39 757,77 €</u>	<u>31 067,87 €</u>		<u>31 067,87 €</u>
<u>Administração Regional de Saúde</u>	<u>33 091,84 €</u>	<u>33 091,84 €</u>		<u>33 091,84 €</u>
<u>Outros (CRESC Algarve)</u>		<u>216 786,61 €</u>		<u>216 786,61 €</u>
DOAÇÕES E HERANÇAS	54 539,98 €	45 947,82 €		45 947,82 €
GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR		7,88 €		7,88 €
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	115 339,91 €	95 690,60 €		95 690,60 €
RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	12 159,93 €	6 577,51 €		6 577,51 €
OUTROS	103 179,98 €	89 113,09 €		89 113,09 €
<u>Imputação de Subsídios para Investimentos</u>	<u>68 865,31 €</u>	<u>66 397,76 €</u>		<u>66 397,76 €</u>
<u>Compensação Amortizações Doações</u>	<u>14 299,03 €</u>	<u>12 717,50 €</u>		<u>12 717,50 €</u>
<u>Outros</u>	<u>20 015,64 €</u>	<u>9 997,83 €</u>		<u>9 997,83 €</u>
JUROS, DIVID. E OUTROS REND. SIMILARES	67,40 €	11,37 €		11,37 €
TOTAL	2 451 238,73 €	2 196 606,86 €		2 196 606,86 €

Nota 11 – Provisões

Não estão constituídas quaisquer provisões.

Nota 12 – Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios relacionados com rendimentos, recebidos como compensação por gastos ou perdas incorridas, são reconhecidos como rendimento no período a que respeitam.



Tal como referido nas notas 2 e 10, as alterações adotadas em 2024 derivadas da divulgação da “FAQ 39” pela Comissão de Normalização Contabilística não permitem a comparação entre os subsídios registados em 2024 e 2023 sem a devida reconciliação:

RUBRICAS	2024	2023 - Reconc.	Reconciliação	2023
ISS, IP - CENTRO DISTIRITAL DE SEG. SOCIAL DE FARO	60 488,72 €	208 063,62 €	-1 261 712,45 €	1 469 776,07 €
DIREÇÃO GERAL ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	153 593,58 €	104 336,03 €		104 336,03 €
AUTARQUIAS	7 800,00 €	3 920,00 €		3 920,00 €
OUTROS	72 849,61 €	280 946,32 €		280 946,32 €
Instituto do Emprego e Formação Profissional	39 757,77 €	31 067,87 €		31 067,87 €
Administração Regional de Saúde	33 091,84 €	33 091,84 €		33 091,84 €
CRESC Algarve FSE		216 786,61 €		216 786,61 €
TOTAL	294 731,91 €	597 265,97 €	-1 261 712,45 €	1 858 978,42 €

Em linha com o ano anterior, permanecem como principais entidades financiadoras o Centro Distrital de Segurança Social de Faro, a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, a Administração Regional de Saúde do Algarve, e o Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Os subsídios relacionados com ativos encontram-se apresentados no balanço como uma componente dos fundos patrimoniais, sendo reconhecidos como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período.

A evolução dos mesmos no presente exercício apresenta-se da seguinte forma:

INVESTIMENTOS	VALOR SUBSÍDIO	2024		2023	
		DEPREC. / CORR.	VALOR LÍQUIDO	DEPREC. / CORR.	VALOR LÍQUIDO
Empreitada de Construção do Edifício Sede	1 876 024,74 €	-33 087,34 €	794 096,08 €	-33 087,34 €	827 183,42 €
Emp. de Construção do Edif. Lar e Resid. Autónoma	531 009,47 €	-25 343,23 €	202 745,71 €	-25 343,23 €	228 088,94 €
Pintura do Edifício Sede	10 000,00 €	-1 000,00 €	2 000,00 €	-1 000,00 €	3 000,00 €
Pintura e Obras do Edif. Lar e Resid. Autónoma	10 000,00 €	-1 000,00 €	3 000,00 €	-1 000,00 €	4 000,00 €
Associativismo (Obras e Equipamentos Diversos)	13 871,82 €	-1 641,99 €	5 661,87 €	-1 641,99 €	7 303,86 €
Projeto Comunicar +	3 400,00 €			-1 133,56 €	
Associativismo 2021 - Mun. Faro	3 487,05 €	-348,71 €	2 092,21 €	-348,71 €	2 440,92 €
Associativismo 2023 - Mun. Faro	12 166,79 €	-2 842,91 €	4 379,45 €	-4 944,43 € *	7 222,36 €
Associativismo 2024 - Mun. Faro	20 000,00 €	-5 666,72 € *	14 333,28 €		
TOTAL DEPRECIACÕES		-63 198,59 €		-66 397,76 €	
	2 479 959,87 €		1 028 308,60 €		1 079 239,50 €
TOTAL CORREÇÕES		-2 065,59 €		-2 101,50 €	

* montantes alvo de correção

Este método também é utilizado para as doações em espécie de ativos e para as doações em numerário que corresponderão no futuro à aquisição de ativos.

Estas doações encontram-se escrituradas da seguinte forma:

INVESTIMENTOS	VALOR DOADO	2024		2023	
		DEPREC. / CORR.	VALOR LÍQUIDO	DEPREC. / CORR.	VALOR LÍQUIDO
Mun. Faro - Direitos Superfície Terreno	162 442,50 €	-3 248,85 €	103 963,20 €	-3 248,85 €	107 212,05 €
Gascan - Projeto "Hidroterapia Segura"	15 000,00 €	-1 500,00 €	0,00 €	-1 500,00 €	1 500,00 €
Fundação EDP - Projeto "Plantar Sorrisos"	14 000,00 €	-1 400,00 €	0,00 €	-1 400,00 €	1 400,00 €
Brisa - Projeto "Os Sete Sentidos" + Pintura Edif.	22 000,00 €	-544,27 €	1 088,54 €	-2 844,85 €	1 632,81 €
Teorymundi - Relva Artificial Jardim Sensorial	20 404,99 €	-2 040,50 €	6 121,49 €	-2 040,50 €	8 161,99 €
Fundação Altice - Laboratório Com. Aumentativa	8 587,50 €	-1 226,30 €	2 456,00 €	-1 226,30 €	3 682,30 €
Tempersimetria - Cadeira de Banho Lar Residencial	2 500,00 €	-357,00 €	1 786,00 €	-357,00 €	2 143,00 €
VM Redes - Rede Informática Edif. Sede	1 000,00 €	-100,00 €	800,00 €	-100,00 €	900,00 €
VM Redes - Instalação Iluminação Emergência	1 906,50 €	-190,65 €	1 715,85 €		
Associação Prometo Viver - 10 Cadeiras de Rodas	25 850,56 €	-3 691,46 €	22 159,10 €		
TOTAL DEPRECIACÕES	288 692,05 €	-14 299,03 €	140 090,18 €	-12 717,50 €	126 632,15 €

Nota 13 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

A Associação utiliza na sua contabilidade o euro como moeda principal. À data de encerramento do balanço, a Associação não detém quaisquer valores monetários ou não, líquidos ou a receber, que sejam necessários transpor para a moeda principal.

Nota 14 – Impostos Sobre o Rendimento

Conforme descrito na nota 1, a Associação é uma instituição particular de solidariedade social com utilidade pública, reconhecida pela Direcção Geral da Segurança Social. Face a esse reconhecimento, goza de isenção automática de IRC, nos termos da b) do n.º.1 do artigo 10º do Código do IRC.

Porém, de acordo com o n.º3 do artigo 10º. “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários ...”.

Neste âmbito a Instituição apresenta rendimentos gerados pelas atividades do bar de pessoal, de aluguer de espaços e venda de brindes. Estes rendimentos encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21, % sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.

Neste ano de 2024 estas atividades registaram em conjunto prejuízos fiscais, pelo que não haverá lugar ao pagamento de IRC.

Nota 15 – Instrumentos Financeiros

A Instituição utiliza para os instrumentos financeiros à sua disposição, as seguintes bases de mensuração:

- Método do custo, deduzido de perdas por imparidade, se as houver para fornecedores, contas a receber e a pagar, empréstimos bancários e investimentos financeiros.

Relativamente aos valores reconhecidos em Caixa e Depósitos Bancários, estes correspondem a valores imediatamente realizáveis.

À data de fecho do Balanço, a Associação detém os seguintes valores escriturados na conta Investimentos Financeiros:

RUBRICAS	2024	2023
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	13 082,27 €	13 082,27 €
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	13 082,27 €	13 082,27 €
FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	10 689,22 €	10 689,22 €
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SOLIDÁRIO	1 893,05 €	1 893,05 €
CRÉDITO AGRÍCOLA - TÍTULOS	500,00 €	500,00 €



Nota 16 – Benefícios dos Empregados

Neste exercício de 2024, existiram em média 98 colaboradores ao serviço. Os seus gastos associados e a comparação relativa ao exercício de 2024 encontram-se discriminados na tabela seguinte:

RUBRICAS	2024	2023
REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	1 545 700,66 €	1 384 013,91 €
REMUNERAÇÕES MENSASIS	1 109 954,77 €	1 006 031,11 €
SUBSÍDIOS DE FÉRIAS / NATAL	200 716,00 €	182 840,73 €
DIURNIDADES	46 867,35 €	41 673,47 €
SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	125 364,00 €	100 524,00 €
SUBSÍDIO DE TURNO	32 566,91 €	33 064,85 €
OUTRAS	30 231,63 €	19 879,75 €
INDEMINIZAÇÕES	4 153,04 €	4 191,77 €
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	311 362,61 €	281 499,65 €
SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO	15 749,73 €	12 519,06 €
OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	7 550,67 €	4 317,74 €
TOTAL REMUNERAÇÕES E ENCARGOS	1 884 516,71 €	1 686 542,13 €

Também existiram em média 4 prestadores de serviços, que originaram um gasto total de 24.375,17 €.

Nota 17 – Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Associação não são remunerados e são compostos da seguinte forma:

- Direcção (composto pela Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, Secretária, três Vogais e dois Suplentes);
- Assembleia Geral (composto pelo Presidente e dois Secretários);
- Conselho Fiscal (composto pelo Presidente e dois Vogais).

Foram realizadas eleições para os Órgãos Sociais em dezembro de 2022 para o quadriénio 2023 – 2026, tendo ficado com a seguinte composição:



ÓRGÃO SOCIAL	NOME	FUNÇÃO
DIRECÇÃO	PAULO JORGE DE ALMEIDA GONÇALVES TEIXEIRA	PRESIDENTE
	ANA LUÍSA MOREIRA S. FERNANDES DE SOUSA	VICE - PRESIDENTE
	CARLOS MANUEL PERA NUNES	TESOUREIRO
	CIDÁLIA MARIA CARDOSO GUERREIRO	SECRETÁRIA
	JOSÉ JOAQUIM MARQUES ALVARELHÃO	VOGAL
	FILIPA INÊS MATIAS DE SOUSA	VOGAL
	CARLOS MANUEL DAS NEVES MIGUEL	VOGAL
	ESMERALDA MARIA DO VALE MOTA DOMINGOS	SUPLENTE
	MARIA MANUELA FERNANDES TEIXEIRA	SUPLENTE

ÓRGÃO SOCIAL	NOME	FUNÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL	CARLOS ALBERTO R. RODRIGUES	PRESIDENTE
	HERMÍNIA JESUS M. PINHEIRO	1º SECRETÁRIO
	CRISTINA ISABEL G. SOBRAL	2º SECRETÁRIO

ÓRGÃO SOCIAL	NOME	FUNÇÃO
CONSELHO FISCAL	JOSÉ MARIA DA CONCEIÇÃO	PRESIDENTE
	MANUEL MADEIRA GUERREIRO	VOGAL

Nota 18 – Aplicação de Resultados do Exercício

As contas de 2024 foram aprovadas pela Direção em 26 de março de 2025, tendo sido deliberado a passagem dos resultados do ano para a conta de Resultados Transitados.

Nota 19 – Situação Contributiva Regularizada

À data de fecho do Balanço, a Associação não apresentava dívidas ao estado em situação de mora.

Nota 20 – Acontecimentos Após a Data de Fecho do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2024, ou se registaram outros factos susceptíveis de mudar a situação relevada nas contas.

A Direção

Paulo Teixeira

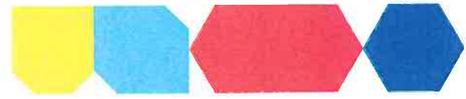
Ana Luísa Sousa



O Contabilista Certificado







CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



**& ASSOCIADOS
SROC**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 1.995.494 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.530.244 euros, incluindo um resultado líquido de 3.137 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e as Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da direção e do Conselho Fiscal pelas demonstrações financeiras

A direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da associação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Rua Castilho, n.º 39, 8.º C - 1250-068 Lisboa | Tel. 213 86 16 88

Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC n.º 64 - Capital Social 8.300 Euros - C.R.C. Cascais - Contribuinte n.º 502.215.399 - Inscrito como Auditor Externa sob o n.º 20161400 na CMVM

1 / 3



WWW.GNT-SROC.COM



**& ASSOCIADOS
SROC**

O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Associação.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e



**& ASSOCIADOS
SROC**

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Faro, 25 de março de 2025

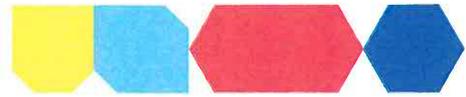
Galvão, Nunes, Tavares & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

GALVÃO, NUNES, TAVARES & ASSOCIADOS, LDA

Constança Galvão
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Constança Abecasis Galvão, ROC n.º 2044
SROC inscrita como auditor na CMVM sob o n.º 20161400
ROC inscrito como auditor na CMVM sob o n.º 20220026



PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos o nosso parecer sobre o Relatório e Contas da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro (doravante por "APPC") relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2024, cuja elaboração e apresentação é da responsabilidade e da competência da Direção da APPC (doravante denominada por "Direção").

No âmbito das nossas funções, acompanhamos a evolução da atividade da APPC, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido da Direção e dos serviços da APPC todas as informações e esclarecimentos solicitados.

Examinamos as demonstrações financeiras da APPC, que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2024 evidenciando um total de 1.995.493,95 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.530.244,07 euros, a Demonstração de Resultados por naturezas onde inclui um resultado líquido do período (positivo) de 3.137,09 euros e o Anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas relativo ao período findo.

Adicionalmente, analisamos o Relatório de Gestão do período de 2024, o qual inclui a proposta de aplicação do resultado líquido de período.

Em resultado da revisão legal de contas realizada por Galvão, Nunes, Tavares & Associados SROC - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2024, apreciamos o conteúdo da respetiva Certificação Legal de Contas, com uma opinião não modificativa (sem reservas) e sem ênfases.



De realçar que, não chegou ao nosso conhecimento qualquer situação material que desrespeitasse os Estatutos da APPC e/ou os preceitos legais aplicáveis.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal (doravante designado por "CF") expressa o seu parecer favorável e aprova as contas de 2024, o respetivo relatório e recomenda à Assembleia Geral que:

1. Aprove os documentos de prestação de contas do período findo em 31 de dezembro de 2024, tal como foram apresentados pela Direção;
2. Aprove a aplicação do resultado líquido do período de 2024 proposta pela Direção.

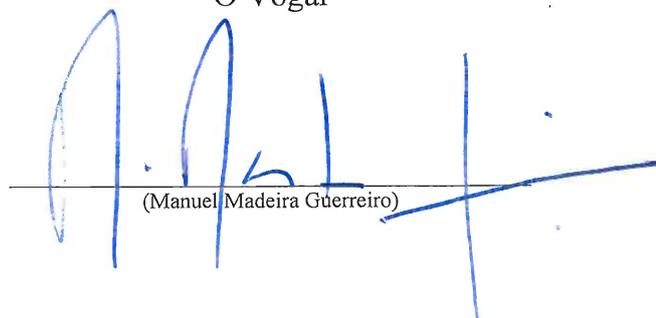
Finalmente, o CF agradece à Direção, aos serviços da APPC e à Galvão, Nunes, Tavares & Associados SROC - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, responsável pela revisão legal de contas da entidade, toda a colaboração prestada no exercício das funções.

Faro, 27 de março de 2025

O Presidente


(José Marja da Conceição)

O Vogal


(Manuel Madeira Guerreiro)

